

GUIA DO PATRIMÓNIO RURAL 2020

CONCEITOS E PROCEDIMENTOS DE BASE



Recordando um grande escritor português, amante do património rural:

Miguel Torga
(Adolfo Correia da Rocha)



"Bonita, esbofetada do frio, a cachopa vinha à frente dum carro de bois carregado de canhotas. Preparava a casa de inverno para quando chegasse a hora da transumância, toda a família – pais, irmãos, gados, pulgas e percevejos – descesse dos cortelhos da montanha para os cortelhos do vale, abrigados das neves."

Miguel Torga (in "Portugal", 1950)

No contexto das "Brandas e Inverneiras", transumância secular do Alto Minho.

Ficha Técnica

Título: GUIA DO PATRIMÓNIO RURAL, 2020 - Conceitos e Procedimentos de Base

Autoria: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Divisão de Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo (DDAAFA) – Guilherme Lewes

Revisão: Paula Rocha (DDAAFA)

Produção Gráfica: Francisco Mendes (DDAAFA)

Capa: Castro Laboreiro, acesso ao Castelo

Fotografias: Créditos referenciados no Anexo I

SUPORTE / FORMATO: e-book

ISBN:

Depósito: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural



Índice

Notas Prévias	6
1. Enquadramento	9
2. Conceito de Património	11
2.1 Evolução do conceito	13
2.2 Património Rural	15
2.3 Patrimonialização	17
3. Fileira do Património	18
3.1 Observação	19
3.2 Recuperação	20
3.3 Recolha e compilação da informação	22
3.4 Caracterização e tipificação	22
3.4.1 Tipos de Património Rural	24
3.5 Inventariação, Registo e Salvaguarda	69
3.6 Intervenção e Valorização do Património	78
3.6.1 Formas de intervenção no Património Rural	78
3.6.2 Valorização do Património	90
ANEXOS	115
I - Fontes consultadas	116
II - Glossário	122
III - Legislação	130
IV - Ferramentas para registo, caracterização e pesquisa do Património Rural	132
V - Zonas consideradas rurais (PDR 2020)	135

Notas Prévias

O património é crucial no quadro do desenvolvimento social, cultural e económico dos territórios rurais. No quadro de uma paisagem fortemente humanizada, quase tudo afinal é património, material ou imaterial, desde as infraestruturas e sistemas de rega, às paisagens, aos modos de produção agrícola, ao conhecimento empírico e científico, aos achados arqueológicos, ao património edificado histórico, passando pelas construções agrícolas, pelas tradições e pelos saberes.

Por outro lado, é indiscutível a importância dos diferentes tipos de património para a valorização dos territórios rurais e para a qualidade de vida das populações, numa ótica de constituição direta ou indireta de novas cadeias de valor, com reflexos na criação de empresas e na geração de emprego.

O interesse da DGADR por esta temática não é novo. Há cerca de dez anos, a Direção-Geral publicou um “Guia de Observação do Património Rural”, surgido na sequência do “Guia Europeu de Observação do Património Rural”. Este documento foi então adaptado às realidades nacionais por cada um dos países membros do Conselho da Europa e a DGADR fez, como lhe competia, a sua parte.

Os anos passaram e o reconhecimento da importância crescente do património para o desenvolvimento dos territórios rurais levou a DGADR a fazer uma revisão profunda daquela publicação, com uma nova abrangência. A presente publicação resulta da recolha de informações dispersas por várias fontes, essencialmente relacionadas com a conceptualização, tipificação e procedimentos de base no âmbito do património rural. Entre outros objetivos, pretende-se que este guia sirva de ferramenta de trabalho para quem lida com a temática do património rural.

Este trabalho, elaborado pelos serviços da DGADR com especial relevância para o autor, decorre assim naturalmente do interesse e até das atribuições da Direção-Geral em matéria de preservação e valorização do património rural.

Uma palavra final de estímulo e reconhecimento à Divisão de Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo, pela persistência demonstrada e pelo trabalho concretizado nesta obra. Espera-se que, mediante adequada disseminação pelos agentes locais de desenvolvimento e forças vivas dos territórios rurais, ela lhes possa ser útil.

Gonçalo de Freitas Leal

Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2018-2021)

ADGADR detém, através da sua Divisão de Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo (DDAAFA), competências em matéria de valorização dos territórios rurais, nomeadamente por via da preservação e divulgação do património que neles existe. Neste contexto, a legislação atribui-lhe a incumbência de promover iniciativas, tendo como base a especificidade dos seus recursos, em particular dos seus produtos e saberes, os quais configuram valores patrimoniais de enorme riqueza e identidade.

Por seu lado, a Rede Rural Nacional (RRN), coordenada pela DDAAFA, é uma plataforma à qual compete disseminar as boas práticas e a difusão da informação relativa ao mundo rural, como forma de capacitação dos agentes de desenvolvimento e de melhorar a qualidade de execução das medidas previstas no Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

O trabalho que agora se apresenta pretende ser mais um contributo para a valorização dos territórios rurais, reunindo num mesmo documento os principais conceitos e procedimentos de base a ter em conta relativamente à temática do Património. Pretende contribuir para que o património rural seja assumido como fator importante de valorização dos territórios, pela via da atratividade turística, a qual, por sua vez, tem impacte positivo no emprego e na qualidade de vida dos residentes.

O facto de se ter optado pelo formato on-line, mostra o empenhamento da DGADR e da RRN em difundirem junto dos atores do território e do público em geral a importância do património como fator de criação de valor nas zonas rurais.

Tendo em conta a sua utilidade e importância, fazemos votos para que o Guia do Património Rural 2020, agora lançado, consiga atingir os níveis de divulgação esperados e cumprir o seu propósito de fazer do património um catalisador do desenvolvimento dos nossos territórios rurais.

Maria Custódia Correia

Coordenadora da Rede Rural Nacional e

Chefe de Divisão da DDAAFA

Este ensaio de recolha, compilação e sistematização da informação relativa aos procedimentos de base em matéria de Património Rural, tem uma linguagem simples, quase didática, por ser dirigida a vários tipos de público. Frequentemente remissivo para as fontes de informação, tanto em termos de texto, como de imagem, pretende ser um veículo de chamada de atenção para a causa daquilo que é pertença de todos nós, nos confere valor identitário e pode contribuir para a valorização e o desenvolvimento do território – o Património.

Não pretendendo ser exaustivos, decidimos que seria adequado concebermos este Guia sobre conceitos e procedimentos com utilidade para quem trabalha em domínios relacionados com o património, designadamente, rural.

Apresentam-se aqui as ferramentas necessárias para facilitar os trabalhos que os agentes de desenvolvimento das zonas rurais (designadamente, os Grupos de Ação Local e as Autarquias, entre outros) entendam empreender nesta matéria, nomeadamente, inventários patrimoniais de terreno ou propostas de registo e de qualificação, tarefas importantíssimas para a qualificação dos territórios.

Por outro lado, tomou-se a opção de publicar o Guia em formato e-book, instalando-o *on-line* nos sítios *web* da DGADR e da RRN, pela possibilidade de ser acedido gratuitamente por um maior número de interessados, não representando dessa forma praticamente encargos para o erário público.

Por fim, uma palavra de agradecimento a todos os que, de uma forma ou de outra, foram portadores de ideias, reflexões, críticas e incentivos, revelando-se excelentes fontes de energia, vitais para a realização deste trabalho.

Guilherme Lewes

Técnico Superior da DDAFA

e da Rede Rural Nacional

1. Enquadramento

É sabido que o património constitui um recurso de elevada importância, sendo, por vezes, fundamental para a criação e sobrevivência de atividades e serviços nas comunidades rurais ou urbanas em que se insere.

O nosso País possui um património natural e cultural, rico e diversificado, que é urgente valorizar e dinamizar no quadro de uma abordagem interativa com outros fatores locais e numa perspetiva de integração na estratégia de desenvolvimento adotada para cada território. Esta necessidade de conhecimento, salvaguarda, valorização e difusão ganha mais importância quando se fala de património não classificado, que é muitas vezes esquecido e subestimado, tanto nalgumas zonas urbanas, como na maioria das zonas rurais.

Recorde-se que a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) produziu em 2009 o “Guia de Observação do Património Rural”, com a finalidade de sistematizar o olhar sobre o património dos territórios rurais, o qual fornece informação sobre os diferentes tipos de património rural e inclui modelos de fichas que permitem a recolha de informação, num determinado território, com vista à sua identificação e caracterização.

Passada uma década, a DGADR lança agora o “Guia do Património Rural 2020”, trabalho que se foca em temáticas-base, como a recolha e tipificação do património rural, a valorização e a salvaguarda.

Este guia tem como objetivo estratégico a criação de condições para que o Património Rural, para além de objeto de observação, fruição e preservação, seja assumido e utilizado como fator importante na criação de valor no território pelos agentes locais de desenvolvimento e residentes, designadamente nos territórios rurais.

Visa também fornecer ferramentas que permitam aos agentes dos territórios rurais realizarem inventários patrimoniais nas suas zonas de interesse ou até solicitarem às entidades competentes o registo e posterior classificação de evidências patrimoniais que considerem importantes e/ou que necessitem de salvaguarda urgente.

Tem ainda o propósito de sensibilizar o leitor para a riqueza e diversidade patrimoniais do nosso País rural.

2. Conceito de Património

Em termos etimológicos, a designação tem origem na palavra latina *patrimonium*, cujo significado é herança familiar, ou do *pater* (pai, patriarca) e *monium* (recebido: estado, ação ou condição). Por outras palavras, património é uma herança, um legado recebido dos nossos antepassados, que a comunidade “decide” se deve ou não preservar e transmitir às gerações futuras. A noção de património está habitualmente associada à ideia de algo, tangível ou intangível, que um determinado grupo de pessoas procura transmitir à posteridade, evitando a sua massificação e protegendo-o do seu eventual desaparecimento.

Nesta conformidade, o património é um produto socialmente construído, resultante de uma operação dinâmica, enraizada no presente, a partir da qual se reconstrói, seleciona e interpreta o passado. Esta operação envolve frequentemente disputas e conflitos em torno da seleção das referências que devem ser valorizadas, preservadas e inscritas na memória coletiva. Uma vez chegadas a esta fase, estas referências adquirem um novo significado, designada por ativação patrimonial.

De uma forma mais objetiva, se pensarmos no binómio “território / população” (figura 2), podemos facilmente concluir que património é o conjunto de elementos materiais e imateriais que testemunham ou são o resultado das interações que uma comunidade vem estabelecendo ao longo do tempo com o território em que se localiza. Isto significa que qualquer elemento patrimonial, seja ele material ou imaterial, tem sempre um simbolismo e uma história para contar.



Figura 2 - Conceito de Património

Eis alguns pontos de vista pertinentes:

De acordo com [Manuela Reis \(2016\)](#), as políticas culturais de conservação do património tendem hoje, cada vez mais, a serem também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento. Preservar o património passa, assim, a beneficiar de um entendimento mais alargado, incorporando a necessidade de reutilizá-lo, animá-lo e devolvê-lo às comunidades de pertença. De acordo com a mesma autora, o património deixou há muito, como atrás referimos, de estar apenas relacionado com o interesse das elites ou com o dever da proteção do Estado, para passar a integrar as preocupações de mais vastas camadas sociais

Segundo [Yves Champetier](#), quer seja natural ou cultural, o património dos territórios rurais europeus representa um recurso a valorizar e a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento. Para certos territórios o património constitui mesmo o recurso em torno do qual poderão articular-se a estratégia de desenvolvimento centrada na opção de construir uma nova identidade local.

Citando [André Chastel](#), a noção de património deixou de ser passiva para passar a ser ativa: preservar significa ordenar, repovoar, animar. Neste sentido, o autor constata igualmente que o tema património tem vindo a conquistar gradualmente o interesse e a simpatia de mais vastas camadas sociais, ultrapassando os círculos sociais restritos, aos quais se encontrava confinado. É assim que vamos encontrar sinais da emergência de alguns movimentos de defesa e valorização do património. Esses movimentos tomaram a forma, quer em meio urbano, quer em meio rural, de associações locais, grupos de ação local, coletividades e outros tipos de iniciativas, cujo denominador comum radica no facto de serem protagonizados, na generalidade, por cidadãos.

2.1 Evolução do conceito

A partir da segunda metade do século XX a UNESCO¹ assumiu o alargamento ao conceito de património, o qual deixou de abranger apenas o edificado e passou a integrar toda a gama de manifestações físicas e culturais em que a atividade humana se revela e em que existe interação com o meio natural.

O património foi deixando de estar confinado aos interesses das elites culturais e passou gradualmente a ser pertença de todos os estratos sociais.

Adotou-se, então, um conceito de património que tende a abarcar, não só, monumentos

¹ – UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - agência especializada das Nações Unidas com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e da comunicação/informação.

isolados, mas igualmente conjuntos urbanísticos, sítios, paisagens naturais, manifestações culturais e até territórios na sua globalidade.

É o caso, por exemplo, do Alto Douro Vinhateiro e da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, sítios portugueses inscritos na lista do Património Mundial, pela sua relevância e por neles estar patente uma interação particular entre as condições naturais e o trabalho humano.



Imagem 2 - Alto Douro Vinhateiro



Imagem 3- Cultura da Vinha na Ilha do Pico

Este alargamento dos domínios conceptuais do património está estreitamente associado à formulação e implementação de políticas de desenvolvimento local em meio rural e urbano, que consideram o património um recurso suscetível de rentabilização social e económica, essencialmente por via do turismo. Neste contexto e sem esquecer que este não é um assunto pacífico, verifica-se que a questão patrimonial é cada vez mais encarada numa lógica de mercado, sendo a “ativação” do património realizada, não só por razões de ordem cultural e identitária, mas também numa perspetiva comercial, sobretudo turística, como fator contributivo para a cadeia de valor dos territórios.

2.2 Património Rural

Convenciona-se neste trabalho como património rural, aquele que se encontra localizado no espaço rural. Assim sendo, torna-se necessário chegar a um conceito de “espaço rural”.

Neste espaço integram-se as áreas não urbanizáveis com ligação significativa às atividades. É importante referir que o processo de desruralização português, iniciado nos anos 60 do século XX, ocasionou a atrofia socioeconómica das áreas rurais, situação que desde a década de 80 se tem procurado combater através da implementação de medidas de política, nacionais e europeias, destinadas ao desenvolvimento local em meio rural.

A retração das áreas de cultivo permitiu uma diversificação dos usos do solo, o qual passou a ser utilizado em regime de multifuncionalidade, incluindo, para além da atividade agrícola, atividades relativas ao turismo, ao lazer, à proteção ambiental, entre outras.

É oportuno refletir sobre o conceito de *espaço rural*, ou seja, as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem. Estes espaços apresentam um predomínio de atividades ligadas à agricultura e à natureza, integrando frequentemente os setores da indústria e dos serviços².

Existem, contudo, critérios mais consistentes e objetivos para avaliar o caráter rural ou urbano dos territórios, aplicáveis em domínios de atuação específicos, não havendo uma definição objetiva única em termos de país.

Nesta conformidade, em Portugal Continental e no âmbito da implementação do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), é utilizada a classificação³ da OCDE, adaptada ao caso português, sendo consideradas como rurais:

- as freguesias Predominantemente Urbanas, desde que se situem em Zona Desfavorecida⁴;

2 – Portaria nº 937/2008, de 20 de Agosto – artigo 4º, 1

3 – Freguesias Predominantemente Urbanas – menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km²; Freguesias Intermédias – 15 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km²; Freguesias Predominantemente Rurais – mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km².

4 – Zonas Desfavorecidas – segundo a Portaria nº 5/2019, de 4/1

- as freguesias Intermédias, que não estando localizadas em Zona Desfavorecida, façam parte de concelhos em que, pelo menos, 10% de população ativa esteja empregada na agricultura ou silvicultura;
- as freguesias Predominantemente Rurais;
- não são classificadas como Rurais as freguesias que integrem aglomerados populacionais com, pelo menos, 15 000 habitantes.

A figura seguinte ilustra a distribuição das zonas rurais (a verde) no Continente. As zonas rurais abrangem cerca de 86% do território e 45% da população.



Figura 3 – Zonas rurais do Continente (a verde)

Queríamos, no entanto, deixar claro que, na prática, a separação entre o rural e o urbano não é absoluta nem linear. Existe uma manifesta interação entre zonas rurais e urbanas adjacentes, demonstrada na existência dos chamados territórios intermédios ou periurbanos, os quais possibilitam oportunidades e desafios face à proliferação de problemas socioeconómicos específicos. Não é por acaso que a designação “rurbano” é cada vez mais utilizada.

2.3 Patrimonialização

A importância e o papel do património na sociedade contemporânea tornam transversal a necessidade de conhecimento e de reflexão sobre questões ligadas à memória coletiva e social, à seleção de elementos do passado e à sua refuncionalização no presente, à função patrimonial de certos bens e manifestações culturais em relação a determinadas comunidades, ao carácter cíclico do património, à dimensão patrimonial do desenvolvimento, enfim, à abordagem do património como fator social, cultural e económico.

Para designar o processo de constituição de património a partir de realidades e de bens culturais ou naturais, utiliza-se o termo “patrimonialização”.

Patrimonializar é identificar os valores culturais de um dado bem, reconhecê-los socialmente e, dessa forma, “ativar” o património.

A Patrimonialização pode referir-se a um bem físico, a um saber ou a uma manifestação cultural.

Observemos, como exemplo, o seguinte caminho de pedra, localizado no concelho de Tondela:



Imagem 4 – Calçada romana, Guardão, Tondela (Imóvel de Interesse Municipal)

Se não soubermos quando e por quem foi construído, em que contexto, enfim, a sua história, não podemos conferir-lhe qualquer valor patrimonial.

Contudo, se tivermos conhecimento que se trata, na realidade, de um troço de calçada romana, atribuímos-lhe de imediato um valor patrimonial, dado estarmos em presença de património histórico e arqueológico, carregado de significado e testemunho de uma civilização que transformou o mundo.

A esta atribuição, fundamentada, de valor patrimonial chama-se *Ativação do Património ou Patrimonialização*.

3. Fileira do Património

Convencionou-se chamar “fileira” do património ao conjunto de ações que, de forma organizada e sequencial, se podem concretizar relativamente a qualquer existência, ocorrência ou manifestação patrimonial. Assim, podem ocorrer, sequencialmente, os seguintes procedimentos:

- observação
- eventual recuperação
- recolha e compilação da informação
- caracterização e tipificação
- valorização: intervenção, registo e salvaguarda

3.1 Observação

A metodologia de observação do património rural consiste na aplicação de procedimentos e técnicas que permitem realizar um conjunto de ações com objetivos pré-definidos.

Estes objetivos podem passar pela simples observação do património, como forma de lazer ou de estudo, conduzirem à sua inventariação sistematizada, com carácter científico, ou serem o primeiro passo de qualquer intervenção no próprio património, nomeadamente, através da realização de projetos de intervenção ou de planos de recuperação e requalificação, quando se trata de um conjunto patrimonial.



Imagem 5 – Percurso pedestre organizado pelo Município de Barcelos

Para que a observação do património seja reveladora e coerente, deve, antes de mais, circunscrever-se à análise de um espaço preciso e com significado. É num determinado território

que os elementos que constituem o património apresentam um sentido e um valor próprios. A escolha do território pode ser efetuada a partir de uma abordagem global, social, cultural ou económica de uma comunidade (concelho, freguesia, vila, aldeia, etc.), ter por base uma unidade geomorfológica ou biogeográfica (vale, planalto, montanha, planície, etc.) ou ainda integrar várias comunidades/aldeias que partilhem as mesmas características arquitetónicas, económicas, culturais ou um projeto em comum (parques naturais, regiões, etc.)



Imagem 6 – Escola Profissional de Chaves organiza visitas de alunos ao património local

3.2 Recuperação

É com base numa observação prévia, detalhada e metódica, que se pode chegar à decisão de recuperar / requalificar uma determinada existência patrimonial.

Antes de iniciar qualquer ação sobre o património, importa definir o que se quer fazer, por quem, como, quando, porquê e para quê. As ações a desenvolver podem ser de iniciativa individual ou coletiva, estas últimas geralmente de interesse público e com carácter mais abrangente. As populações locais assumem-se como um elemento central do património rural, identificando-o e reconhecendo-lhe (ou não) valor. São elas que podem, no dia-a-dia, fazê-lo “viver” e mobilizar-se para lhe conferir uma dimensão de fator contributivo para o desenvolvimento local.

Para se iniciar um projeto de recuperação / requalificação do património rural, há que:

- sensibilizar os atores locais e as populações envolvidas (associações de desenvolvimento local, associações de animação cultural, de defesa do património e do ambiente, autarquias,

serviços desconcentrados da administração pública, entidades ligadas ao turismo, etc.);

- selecionar os meios necessários para mobilizar os diversos atores (reuniões, exposições, ações de formação, visitas guiadas, etc.);

- definir um plano de ação, o que implica identificar as ações a desenvolver (observação, diagnóstico, inventário, estudo, valorização, novas utilizações do património, etc.) e respetivo calendário, bem como os meios necessários, orçamento e possíveis fontes de financiamento.



Imagem 7 – Assembleia de Freguesia

O Plano de Ação deverá:

- Ser coerente com as orientações estratégicas para o território:

A este respeito, refira-se que o património está intrinsecamente relacionado com as atividades de um dado território, podendo fazer parte das suas potencialidades naturais, económicas, socioculturais ou humanas.

Qualquer intervenção patrimonial deve, assim, enquadrar-se na política global e nas grandes orientações estratégicas definidas para a região.

De salientar que o património se caracteriza por uma relação no tempo e no espaço, dado que assegura uma ligação entre o passado, do qual ele constitui um testemunho, e um futuro ligado à utilização que se lhe queira dar; por outro lado, está ligado a um dado território e é identificado por um conjunto de elementos patrimoniais que apresentam características comuns relativamente a esse espaço.

- Ter em conta que qualquer iniciativa a favor do património contempla um leque variado de aspetos:

Além dos relativos aos procedimentos ligados à própria natureza do património,

deve definir-se em que modalidades concretas o projeto se irá realizar. As modalidades de financiamento e de intervenção podem, por outro lado, condicionar a orientação e o conteúdo do próprio projeto.

- Considerar que, em modo participativo, cada pessoa, singular ou coletiva, potencialmente interessada na “boa utilização” dum elemento patrimonial, pode opinar sobre a sua valorização ou preservação (por exemplo, numa reunião de assembleia de freguesia).
- Ser realizado por um grupo de trabalho, cuja composição integra os principais interessados no projeto de recuperação em causa, sendo indispensável definir logo de início as responsabilidades de cada um.

3.3 Recolha e compilação da informação

A recolha e a compilação dos dados sobre o património têm de ser realizadas de forma organizada e em função dos objetivos que lhes estão subjacentes. A colheita da informação patrimonial pode ser feita diretamente pelos interessados no local de estudo, utilizando preferencialmente formulários adequados ou *kits* de recolha de informação (Anexo III), ou através da pesquisa em sítios dedicados, designadamente, os coordenados pelas entidades que tutelam o património em Portugal.

A este respeito é importante saber que a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) disponibiliza a pesquisa sobre os vários tipos de património imóvel⁵, podendo o património arquitetónico ser pesquisado através de uma base de dados com informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico⁶, bem como do património móvel⁷, sendo possível aceder também ao inventário nacional do património imaterial, através da plataforma específica – *MatrizPci* da DGPC⁸.

3.4 Caracterização e tipificação

O Património, em termos gerais, pode classificar-se segundo diversas orientações. Por exemplo:

- Na base de grandes grupos

5 – [Pesquisa Oficial sobre Património Imóvel](#)

6 – [Pesquisa Oficial sobre Património Arquitetónico e Paisagístico](#)

7 – [Pesquisa Oficial sobre Património Móvel](#)

8 – <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web>

- Património Natural
- Património Cultural
 - *Material*
 - *Imóvel*
 - *Móvel*
 - *Imaterial*

- Quanto às temáticas, sejam elas de maior ou menor abrangência:
 - Rural
 - Relativo à água (albufeiras, barragens, lavadouros, fontes e fontanários, noras, picotas, etc)
 - Relativo ao trabalho (artesanato, pequenas indústrias locais, etc)
 - Relativo aos percursos (veredas, trilhos, rotas, etc)
 - Religioso
 - Industrial
 - Histórico
 - Urbano
 - Ferroviário
 - Gastronómico
 - Arqueológico, etc.

- De acordo com os lugares:
 - Sítios históricos
 - Locais de habitação
 - Locais de trabalho
 - Locais coletivos e de socialização, etc

- Quanto à origem dos seus elementos:
 - Património Material
 - Património Imaterial

Optou-se no presente Guia por abordar o Património Rural, Material e Imaterial.

3.4.1 Tipos de Património Rural

3.4.1.1 Património Rural Material

É o património que se consegue tocar, visitar, mostrar, conservar e restaurar. Subdivide-se em móvel e imóvel

3.4.1.2 Património Rural Móvel

Este é um tipo de património, frequentemente associado ao património material imóvel edificado e ao património imaterial.

Por exemplo, as imagens dos santos e os estandartes religiosos utilizados nas procissões, as peças de artesanato, etc., interligam-se com o edificado arquitetónico religioso e com as tradições e costumes ancestrais do povo. Apresentam como principal característica o facto de se poderem mover ou transportar de um lado para o outro.

Neste grupo é usual incluírem-se os produtos regionais tradicionais não alimentares, provenientes essencialmente de artes e ofícios tradicionais ([Decreto-Lei nº 121/2015](#)) de elevado valor identitário⁹, alguns deles em vias de extinção, que quase sempre ganharam notoriedade a partir de *saberes-fazer* com origem no meio familiar, como é o caso dos produtos artesanais.

Vejamos alguns exemplos:



Imagem 8 – Figurado de Estremoz

9 – CEARTE - Centro de Formação do Artesanato e Património

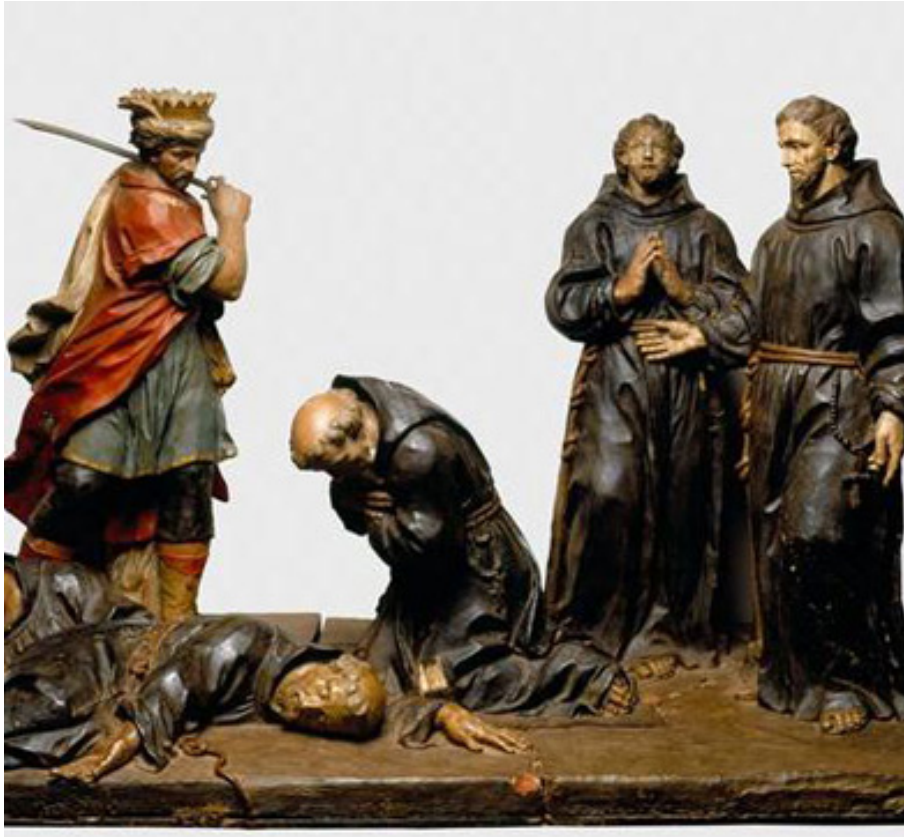


Imagem 9 – Estatuária religiosa

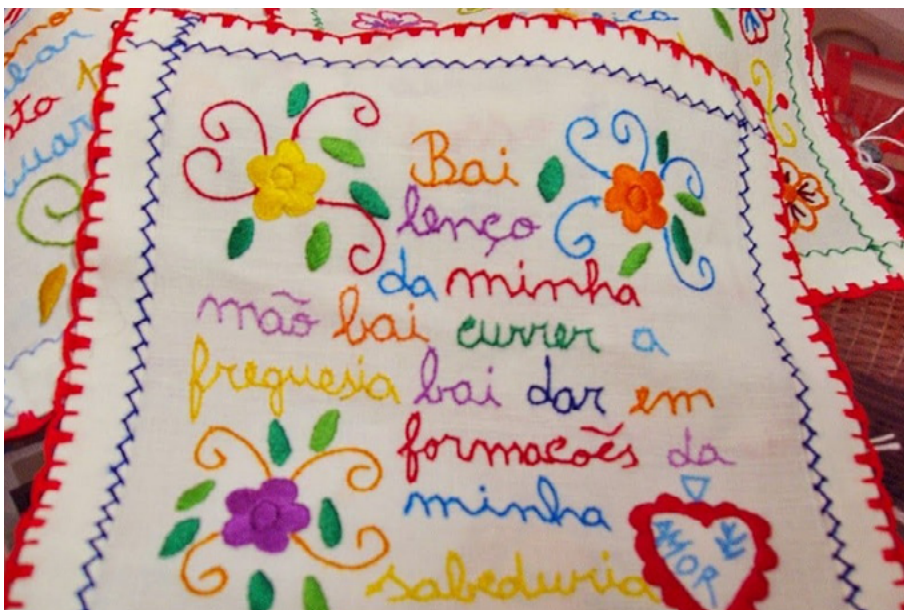


Imagem 10 - Lenço dos Namorados, Vila Verde



Imagem 11 – Traje à vianesa de festa - colete



Imagem 12 – Rendas de bilros, Peniche



Imagem 13 – Viola Beiroa



Imagem 14 – Trajes dos Caretos de Podence



Imagem 15 – Filigrana de Portugal



Imagem 16 – Moinho de água, pormenor



Imagem 17– Leques, Museu Nacional do Traje



Imagem 18 – Canga para bovinos



Imagem 19 – Carroça algarvia



Imagem 20 – Arado de tração animal



Imagem 21 – Grade de bicos

Convém não confundir, embora estejam correlacionados, estes objetos, com as técnicas ancestrais que os fizeram nascer, baseadas muitas vezes em saberes antigos de cada região, arreigados na cultura regional e local do povo, as quais são consideradas indubitavelmente como património imaterial.

Contribuindo para esta clarificação, vejamos, duas situações distintas, ilustradas pelos exemplos seguintes:

Exemplo 1- “Bailinho da Madeira”



Imagem 22 – Bailinho da Madeira



Imagem 23 - O Brinquinho

Esta dança típica madeirense reúne em si os dois grandes tipos de património: o material e o imaterial. Assim, como património material (móvel), temos os trajes e os adereços e como património imaterial, a própria manifestação em si, baseada na cultura popular regional e traduzida não só na dança, através dos seus alinhamentos e sequências de movimentos, mas também nos acordes musicais e nas próprias letras das cantigas.

Como curiosidade, refere-se que a dança é acompanhada do brinquinho - o instrumento regional tradicional, feito com castanholas, fitilhos e bonecos de paus, vestidos com o traje regional, que, quando chocalhados contra a cana que os segura, emitem um som característico.

Exemplo 2 - “Broa de Avintes”



Imagem 24 – Broa de Avintes

Neste exemplo, de carácter gastronómico, as coordenadas são ligeiramente diferentes: por um lado, temos o produto alimentar de excelência (a Broa de Avintes), que não se considera património por ser de carácter alimentar e, portanto, perecível; por outro, o património imaterial, que reside, nos saberes culinários que estão na base dos receituários existentes e ainda na(s) história(s) que está(ão) na origem ancestral desta especialidade da gastronomia local. Ligados à sua produção estão os chamados “segredos” que, existindo ou não, residirão no conhecimento de experiência feito dos padeiros de Avintes, bem como na escolha criteriosa dos materiais utilizados. Subsistem, também, algumas superstições relacionadas com a amassadura e cozedura, envolvendo rezas, como acontece, aliás, no resto de Portugal quando se faz pão à moda antiga.

3.4.1.3 Património Rural Imóvel

Edificado

Integram o património imóvel edificado (lista do edificado) os bens imóveis que assumem relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. São bens que constituem testemunhos civilizacionais e culturais. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, artístico, etnográfico, científico, industrial ou técnico destes bens, reflete valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio.

A proteção legal dos bens imóveis assenta, em primeiro lugar, na sua inventariação / registo e, no caso de decisão favorável da tutela¹⁰, na sua classificação.

Estes bens podem ser classificados quanto à sua importância como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

As intervenções no património construído e paisagístico, devem por isso observar e cuidar das diversas valências e expressões que o caracterizam e que lhe conferem um carácter único e insubstituível, numa operação técnica pluridisciplinar integrada e exigente, determinante para a futura fruição pública dos monumentos singulares, conjuntos ou sítios e dos respetivos contextos que com eles possuem uma relação interpretativa e informativa.

Vejam-se alguns exemplos de património rural material:

¹⁰ – O procedimento administrativo de classificação de um bem imóvel é instruído pela DGPC, em articulação com as Direções Regionais de Cultura (de acordo com a respetiva área de atuação), mas pode ser iniciado a requerimento de qualquer pessoa ou organismo, público ou privado, nacional ou estrangeiro.



Imagem 25 - Moinho de Água, Touriga, Tondela



Imagem 26 - Pombal Tradicional -Vimioso



Imagem 27 - Silos agrícolas verticais



Imagem 28 - Pátio de uma Casa Agrícola



Imagem 29 – Aldeia de Castelo Rodrigo



Imagem 30 – Eira agrícola



Imagem 31 – Núcleo Museológico do Carvalhal da Atalaia



Imagem 32 – Espigueiros ou Canastros, Alto Minho

Paisagístico

Embora o património paisagístico ou paisagem seja frequentemente incluído no património natural, há autores que o situam no património imóvel.

Conceito de Paisagem

Segundo a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), subscrita por Portugal em 2000 no âmbito do [Conselho da Europa](#), paisagem é uma parte do território que resulta da interação de fatores naturais e/ou humanos e desempenha importantes funções de interesse público, de âmbito ambiental, cultural, social e económico. Pode dizer-se também que a paisagem é a expressão visível da combinação da geomorfologia, do coberto vegetal / uso do solo e povoamento humano, resultantes da interação entre os processos naturais, históricos, culturais e político-económicos.

Unidades de Paisagem

Com base em fatores físicos, como a geologia, a geomorfologia, os solos e o clima, foi criada a Carta de Unidades de Paisagem (CUP), que caracteriza a Paisagem em Portugal Continental através da identificação de 128 unidades de paisagem, agregadas em 22 grupos, como ilustra a figura 4.

Cada uma das unidades de paisagem tem uma ficha que inclui a identificação e caracterização dos seus aspetos mais relevantes, mas também as tendências, potencialidades e problemas, os instrumentos de ordenamento aplicáveis e ainda orientações para a sua futura gestão, bem como cartografia e fotografias representativas.

O conceito de unidade de paisagem é uma combinação das condições edafoclimáticas, coberto vegetal / uso do solo, povoamento humano e morfologia do terreno a uma determinada escala¹¹.

11 – As unidades de paisagem de Portugal Continental, definidas para a escala 1:250.000, resultam do Estudo "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", desenvolvido pela DGOTDU e pela Universidade de Évora, em 2002

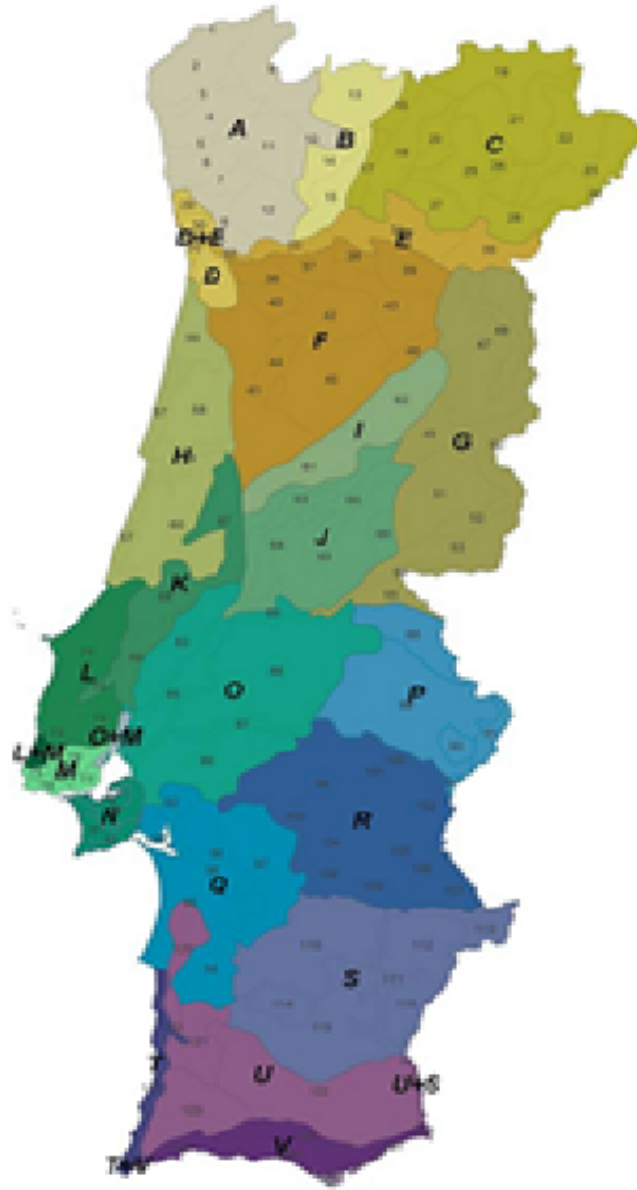


Figura 4 – Grupos de Unidades de Paisagem

A título de exemplo, vejamos como se caracteriza uma dessas unidades de paisagem.

As variáveis consideradas na identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental são: litologia, morfologia, hidrografia, solos, uso do solo, estrutura da propriedade e povoamento.

Destas, foram seleccionadas as três mais relevantes na delimitação das unidades locais de paisagem: a litologia, o relevo e a ocupação do solo¹².

12 – Unidades Locais de Paisagem: Ensaio aplicado à área Alentejo - Extremadura no âmbito do projeto OTALEX II

Tipos de paisagem em Portugal

Segundo Rebelo (2013), podemos identificar no nosso país uma grande variedade de paisagens. Uma observação mais pormenorizada revela um norte e centro com relevo essencialmente montanhoso e planáltico, sulcado por vales de maior ou menor importância, e um sul com extensas planícies e pequenos blocos montanhosos dispersos.

A separação faz-se, grosso modo, pelo rio Tejo. Um estudo mais avançado do relevo, mostra que as áreas montanhosas e planálticas se relacionam com a tectónica fraturante verificada na Península Ibérica, em especial, durante o chamado “Ciclo Alpino” e que as planícies foram resultado de erosão e sedimentação, associada ou posterior, devida a processos climáticos, fluviais ou marinhos.

Se optarmos por fruir a paisagem de uma forma mais sensorial e empírica, é possível distinguir múltiplos tipos, em função das temáticas visualmente dominantes, como por exemplo, a orografia, os ecossistemas em presença, a cultura agrícola prevalente, o sistema de agricultura existente, ou o tipo de solo mais significativo (imagens 33 a 51).

Quanto à orografia:



Imagem 33 – Paisagem de Serra (Gerês)



Imagem 34 – Paisagem de Vale Glaciar (Manteigas)



Imagem 35 – Paisagem de planalto (Planalto Mirandês)



Imagem 36 – Paisagem aluvionar (Lezíria)



Imagem 37 – Paisagem de peneplanície (Alentejo)



Imagem 38 – Paisagem de campina (Idanha-a-Nova)

Quanto ao tipo de ecossistema:



Imagem 39 – Paisagem de Montado de sobro



Imagem 40 – Paisagem de ria (Ria de Aveiro)



Imagem 41 – Paisagem de Salinas (Estuário do Tejo)

Quanto à cultura predominante:

Imagem 42 – Paisagem de Vinha em socalcos, Douro



Imagem 43 – Paisagem de girassol, Alentejo



Imagem 44 – Paisagem de Olival intensivo (Alentejo)

Quanto ao modo de agricultura:



Imagem 45 – Paisagem de horticultura intensiva

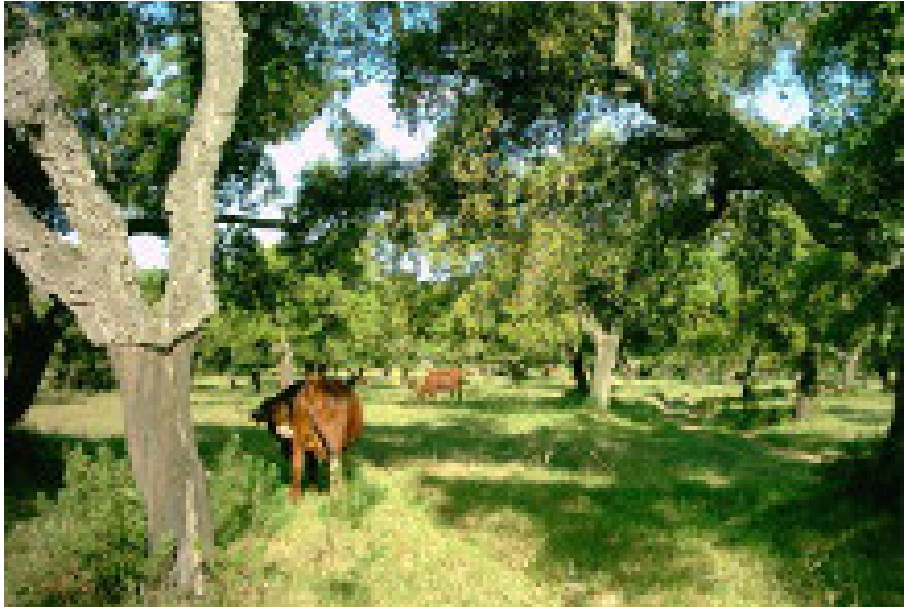


Imagem 46 – Paisagem de sistema agroflorestal



Imagem 47 – Paisagem de Cerealicultura extensiva



Imagem 48 – Paisagem de cultura intensiva (milho)

Quanto ao tipo predominante de solo:



Imagem 49 – Paisagem de Xisto no Alto Douro Vinhateiro



Imagem 50 – Paisagem calcária, Serra de Sicó



Imagem 51 – Paisagem de Barros de Beja

Património Imaterial

Para além do templo megalítico, do moinho ou do castelo, existe uma outra dimensão patrimonial, não menos relevante, que é o património intangível ou imaterial, baseado nas

tradições e nos saberes. Ambas as dimensões fazem parte de uma unidade, o património cultural (Marques, L., 2018).

Iniciamos este subtema tão vasto e diversificado, dando a conhecer uma fonte de informação importante que pontifica no mundo do saber sobre património imaterial: o [Portal Terra Mater](#), focado num leque alargado de tradições populares. Este tipo de património¹³, ao contrário do material, é intangível, transmissível entre gerações, pois encontra-se arreigado no espírito da população e intimamente relacionado com a história do território.

O património imaterial engloba, nomeadamente, [tradições](#), [feiras](#), [festas_e_romarias](#), [produtos tradicionais alimentares](#) e [não alimentares](#), [ofícios](#), [saberes e atividades artesanais](#), práticas agrícolas tradicionais, de organização, manejo e aproveitamento do espaço rural (imagens 52 a 61), [artes tradicionais de pesca](#), [tradição oral](#), [etimologia](#), [toponímia](#), danças (imagens 66 e 67), [cancioneiro popular](#), [heráldica](#), [gastronomia](#)¹⁴, técnicas e saberes culinários¹⁵, [ritos e rituais familiares](#), [jogos tradicionais](#), acervo de material genético biológico, relativo, respetivamente, a espécies [vegetais](#) e animais, [endémicas](#), e raças [autóctones nacionais](#), associadas a determinado território.



Imagem 52 – Aproveitamento agrícola de “Lameiros”

13 – Também conhecido, segundo alguns autores, por [Folclore](#)

14 – A [Dieta Mediterrânica](#) constitui um elemento fulcral da nossa gastronomia e da nossa cultura, sendo Património Imaterial da Humanidade desde 2013.

15 – [Gastronomia versus Culinária](#)



Imagem 53 – Aproveitamento agrícola de “Masseiras”



Imagem 54 – Aproveitamento agrícola - [ecossistema “Bocage”](#)



Imagem 55 – Aproveitamento agrícola de baldio, Sistelo



Imagem 56 – Sementeira a lanço



Imagem 57 - Pastoreio do gado bovino em regime extensivo



Imagem 58 – Aproveitamento do ecossistema “Montado”



Imagem 59 – Lavoura com arado e tração animal



Imagem 60 – Agricultura familiar em socalcos, Sistelo



Imagem 61 – Transumância, Serra da Estrela



Imagem 62 – Festa da Transumância na Branda da Aveleira



Imagem 63 – “Vezeira” de gado, Vila do Gerês



Imagem 64 - “Vinho dos Mortos”



Imagem 65 – Arte Xávega, Praia da Tocha, Cantanhede



Imagem 66 – “Vira” do Minho”



Imagem 67 – “Corridinho” algarvio



Imagem 68 – Folar de Valpaços, IGP



Imagem 69 – Cereja do Fundão, IGP



Imagem 70 – Maranhos da Beira Baixa



Imagem 71 – Cozido de grão do Alentejo



Imagem 72 - Carvalhal autóctone no PNPQ

No que se refere ao património genético, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (por meio do INIAV e da DGAV) assume um papel central no âmbito da promoção, da gestão e conservação dos recursos genéticos nacionais, nas áreas animal e vegetal, através da criação e manutenção de coleções vivas e de bancos nacionais de germoplasma, tendo sob a sua responsabilidade:

- o [Banco Português de Germoplasma Animal](#), localizado na Fonte Boa / Santarém, que assegura a recolha e manutenção de germoplasma – sémen, embriões, células somáticas e DNA – de todas as raças nacionais de animais domésticos;



Imagem 73 – Banco Germoplasma Animal



Imagem 74 – Banco Germoplasma Vegetal

- o [Banco Português de Germoplasma Vegetal](#), localizado em Braga, que acolhe coleções representativas de germoplasma dos mais importantes recursos agrícolas de Portugal Continental e Regiões Autónomas¹⁶;

- Coleções nacionais de referência: videiras (Coleção ampelográfica nacional), oliveiras e fruteiras; Culturas de Microbiologia Industrial; Herbário, Sementes, Madeira e Cortiça, Fungos, Insetos e Ácaros;

- [Catálogo Nacional de Variedades de espécies agrícolas e hortícolas 2021](#) (CNV)

É devida igualmente uma referência, pela sua importância regional e supra regional, ao Banco de Germoplasma ISOplexis, que é uma unidade de investigação da Universidade da Madeira, integrado na Rede de Bancos da FAO, desde 2001.

De referir também a existência, na Universidade de Lisboa, de um Banco de Germoplasma que apresenta as seguintes seções:

- Banco de DNA de plantas
- Banco de Sementes António Luís Belo Correia
- Espermateca e Carpoteca
- Index Seminum

Os Bancos de Germoplasma são infraestruturas científicas destinados a conservar o património genético das plantas, sob a forma de sementes, DNA, tecidos, etc. A conservação de germoplasma é um complemento da conservação *in situ*, proporcionando um “seguro” contra a extinção das espécies no seu habitat.

Na Europa, mais de um quinto das reservas genéticas estão ameaçadas em resultado de alterações da paisagem e do clima e à ausência de medidas de conservação.

Neste contexto, a “[Estratégia Global para a Conservação de Plantas, 2011-2020](#)”, recomenda a criação de coleções *ex situ* (fora do seu habitat natural) de pelo menos 75% das espécies ameaçadas, preferencialmente no país de origem e, pelo menos, 20% deverão estar disponíveis para programas de reabilitação ecológica até 2020.

O Banco de Germoplasma do Jardim Botânico do Museu Nacional de História Natural da

¹⁶ – No âmbito das estratégias definidas no “[Plano Nacional para os Recursos Genéticos Vegetais](#)” (2015-2025), o Banco Português de Germoplasma Vegetal disponibiliza o acesso dos agricultores a materiais de propagação que lhes permitam a produção diversificada de produtos agrícolas, bem como a informação sobre conservação dos Recursos Genéticos Vegetais no País. A informação está disponível no endereço <http://bpgv.inia.pt>, estando suportado na plataforma internacional GRIN-Global enquanto ferramenta de organização, gestão e disponibilização de informação em Recursos Genéticos.

Universidade de Lisboa tem como objetivo a conservação ex-situ da biodiversidade vegetal, particularmente da flora nativa e ameaçada.

Este Banco integra uma coleção de sementes (Banco de Sementes António Luís Belo Correia), uma coleção de DNA (Banco de DNA de plantas) da Flora Portuguesa, uma coleção de referência de sementes e de frutos (Espermoteca e Carpoteca) e uma coleção de sementes do Jardim Botânico para troca com instituições congéneres (Index Seminum).

Os Recursos Genéticos Vegetais desempenham, assim, um papel cada vez mais importante na segurança alimentar e no desenvolvimento económico das regiões, dado que a sua utilização e respetiva valorização contribuem de forma decisiva para a redução da pobreza e garantia da segurança alimentar a nível global.

O Estado tem assumido a responsabilidade do desenvolvimento de políticas e de atividades que contribuam para a conservação e utilização sustentável dos recursos genéticos, como pilar de um capital natural a preservar e base da segurança alimentar.

Mas não é só o Estado que apoia e coordena a conservação dos recursos genéticos. É igualmente pertinente referir que o setor privado desempenha, por vezes, esse papel.

Exemplo desta situação é o caso da "Quinta Biológica e Pedagógica Aidos da Vila", localizada em Vilarinho do Bairro, Anadia, em atividade há mais de 20 anos, com trabalho de excelência, que nunca foi alvo de subsídios financeiros por parte do erário público.

O Património Imaterial pode, assim, de muitas formas, ser dado a conhecer, através das expressões culturais que se vivenciam e partilham em comunidade (por exemplo, uma festa, onde se cante ou toque música popular portuguesa¹⁷), manifestações essas associadas a um determinado lugar (por exemplo, o largo ou bairro em que se realiza essa festa), a edifícios (por exemplo, a igreja ou capela do Santo Padroeiro da comunidade) e a objetos (por exemplo, a imagem do Santo Padroeiro homenageado nessa mesmo evento).

Em suma, o Património Imaterial, para além de poder estar associado ao Património Material, móvel ou imóvel, está sempre ligado às pessoas, pois são elas que garantem a sua existência, vivenciando-o e transmitindo-o às gerações futuras. E mesmo quando essas expressões deixam de ser vivenciadas, como por exemplo uma técnica tradicional (artesanal, agrícola, pastoril, piscatória, artística ou outra) que deixou de ser utilizada, é, em muitos casos, graças à memória das pessoas, que podemos ainda conhecer essas tradições.

Este é, pois, um património "instável", em constante modificação, acompanhando as mudanças sociais e históricas das comunidades e que pode vir a desaparecer se, entretanto, deixarem de existir as condições que lhe dão sentido.

17 – A este respeito, é obrigatório referir o "[Cancioneiro Popular Português](#)", editado em 1981, da autoria do etnomusicólogo Michel Giacometti, com a colaboração do compositor Fernando Lopes-Graça. Constitui um verdadeiro itinerário pelo mundo da música popular portuguesa. A obra inclui: Canções de berço, Cantigas de noivado e casamento, Cantos de trabalho, Cantigas e danças para festas e arraiais e Canções de bem-querer e maldizer.

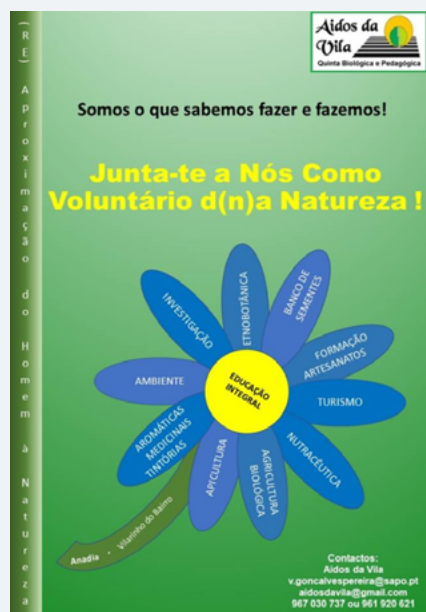


Figura 5 – Cartaz das atividades da Quinta Aidos da Vila

Para além das suas atividades de formação, investigação agronómica, experimentação e demonstração, realizadas em parceria com vários atores estratégicos do território, sob o lema “Reaproximação do Homem à Natureza”, a Quinta detém um pequeno Jardim Botânico e um Banco de Sementes muito completo, cuja organização se encontra plasmada num Index Seminum et Plantarum.

Este Banco integra uma coleção de sementes e propágulos de centenas de espécies vegetais, sobretudo da região, facultando trocas como outros bancos de sementes, como por exemplo, os citados anteriormente e até com entidades homólogas de outros países.

Este património valiosíssimo tem sido sistematicamente ignorado pelas entidades locais e regionais, o que constitui um grave desperdício. A DGADR tem possibilitado algumas vias de comunicação entre a Quinta e diversos organismos, nomeadamente no que se refere ao “Dia Mundial das Abelhas” e à criação do “Dia Nacional da Semente”

Seguem-se mais exemplos que ilustram diversos tipos de património imaterial, em meio rural:



Imagem 75 – Festa dos Tabuleiros, Tomar



Imagem 76 - Bailinho da Madeira



Imagem 77 – Capeia Raiana, Sabugal



Imagem 78 – Pastéis de Tentúgal



Imagem 79 – Preparação da desfolhada do milho



Imagem 80 – Festas do Senhor Santo Cristo, Açores



Imagem 81 – Pauliteiros de Miranda

Imagem 82 – Ofício Artesanal: Olaria¹⁸

18 – [Repertório Nacional das Atividades Artesanais](#)

3.5 Inventariação, Registo e Salvaguarda

Recolha de informação, inventariação e registo

Tendo em atenção a diversidade de tipos de património rural e a necessidade de instrumentos de notação apropriados ao inventário do património rural, a DGADR elaborou em 2009 um conjunto de fichas, que se mantêm atualizadas, para registo de informação, organizado por temas (Apêndice do Guia de Observação do Património Rural, 2009 – figura 6).



Figura 6 – Apêndice do Guia de Observação do Património Rural

Fichas temáticas de caracterização do património rural, 2009

Estão disponíveis fichas sobre as seguintes temáticas:

- Identificação e caracterização geral do património rural
- Identificação do património rural edificado
- Identificação das práticas tradicionais ligadas à Agricultura, Pecuária, Floresta e Pesca
- Identificação de produtos e hábitos alimentares tradicionais
- Identificação do artesanato e pequenas indústrias locais tradicionais

- Identificação da vida privada e coletiva e cultura comunitária

A DGPC, por seu lado, no quadro da motivação dos jovens em idade escolar para a causa patrimonial, criou um conjunto de formulários temáticos para a recolha de informação, que figuram no Kit de Recolha do Património Imaterial, abrangendo os temas seguintes (figura 11):

- Património Imaterial
- Saberes e Ofícios
- Tradições Festivas
- Tradições Oraís
- Lugares
- Edifícios
- Objetos
- Pessoas



Figura 7 – Kit de recolha do Património Imaterial

O Kit de Recolha de Património Imaterial constitui um recurso educativo da DGPC destinado a sensibilizar os jovens para a necessidade de salvaguarda do seu PCI. Este instrumento pedagógico destina-se a ser aplicado à escala local (aldeia, freguesia, bairro, etc.) e a promover o conhecimento e a valorização do respetivo património imaterial,

promovendo a interação dos jovens com os elementos da comunidade que detêm uma importância decisiva na transmissão de informação sobre esse património.

É importante, por outro lado, referir o [SIPA](#) – Sistema de Informação do Património Arquitetónico, integrado na DGPC, que é uma plataforma munida de um conjunto de formulários destinados ao registo e à pesquisa de dados sobre Património Arquitetónico, Urbanístico e Paisagístico.

Por último, tem de ser mencionada outra plataforma de inventário e registo, igualmente tutelada pela DGPC, designada por [MatrizPci](#)¹⁹, orientada especificamente para o Património Cultural Imaterial.

É através desta plataforma que qualquer pessoa individual ou coletiva pode, por meio da submissão on-line de um formulário específico, propor à DGPC o registo no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, de qualquer tradição ou saber que, por vontade da sua comunidade, deva ser registado, como medida fundamental para a sua salvaguarda e valorização à escala nacional²⁰.

Refira-se, a propósito, que este registo é condição necessária para uma candidatura a Património da Humanidade, via UNESCO, assim como permite proceder à atualização e à revisão de manifestações já inventariadas.

Para consulta dos marcos cronológicos relativos aos esforços desenvolvidos para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial a nível nacional e internacional, disponibilizam-se os seguintes links:

[Património imaterial nacional](#)

[Património imaterial internacional](#)

Vejamos agora, em síntese, como o processo de registo de saberes e tradições no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI) se desenrola:

Para o preenchimento do formulário, deve ser consultado o respetivo [Manual de Utilização](#).

19 – Fonte de recursos para difusão de boas práticas e valorização do Património Cultural Imaterial e o sistema de informação de suporte ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, pois é utilizado para dar início ao procedimento de inscrição de manifestações imateriais no Inventário Nacional, como medida fundamental para a sua salvaguarda e valorização à escala nacional, assim como para proceder à atualização e à revisão de manifestações já inventariadas.

20 – Legislação de enquadramento: Decreto-Lei nº 139/2009 – Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial; Portaria nº 196/2010 – Aprova o formulário para o pedido de inventariação e as normas de preenchimento da ficha de inventário; Decreto do Presidente da República nº 28/2008 – Ratifica a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO 2003.

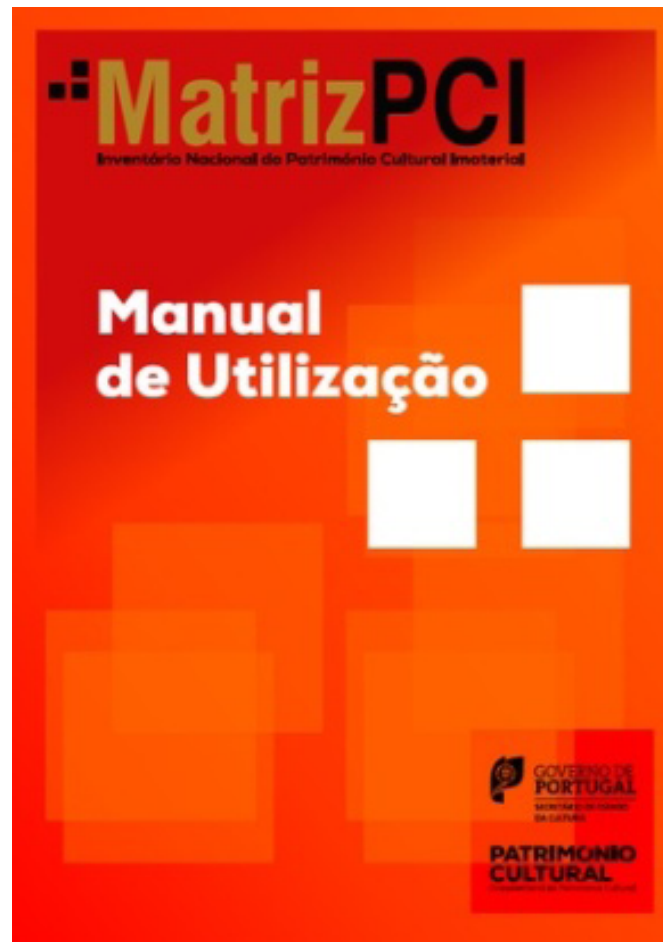


Figura 8 – Manual de utilização da plataforma MatrizPCI

Fases do processo:

1ª fase – Concluir se o registo tem fundamentos consistentes para ser proposto.

Decisão tomada pelos atores locais de sugerir o registo da tradição ou do saber, tendo em atenção se o mesmo se encontra ou não suficiente enraizado na vida da população residente.

2ª fase – Elaboração da candidatura / preenchimento do formulário – 2 meses

- Investigação, colheita e compilação da informação.

- Produção de conteúdos no formato estipulado.

3ª fase – Consensualização dos conteúdos no seio dos atores locais – 2 semanas

Versão definitiva do preenchimento do formulário

4ª fase – Envio do formulário de candidatura à DGPC, via plataforma MatrizPci.

5ª fase – Consulta direta e parecer prévio – até 40 dias

6ª fase – Consulta Pública – 60 dias

7ª fase – Deliberação e decisão da DGPC – até 120 dias

Por aqui se constata que o sistema é moroso, podendo estender-se até 9 meses. O processo de decisão (fases 5 a 7) pode demorar mais tempo que a investigação e preparação da candidatura, o que pode traduzir a ineficiência do método. Mais do que 6 meses para a totalidade do processo é inaceitável, sendo necessário alertar a tutela para este contratempo.

O acesso à listagem do Património Cultural Imaterial (PCI) inscrito na base de dados do Inventário Nacional (bem como do património em processo de “salvaguada urgente” ou daquele cujos processos estão ainda em curso) pode ser feito através do link: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web>

Salvaguada

A salvaguada do património remonta aos tempos da antiguidade e tem vindo a ganhar maior expressão nas últimas décadas.

Em Portugal a preocupação com a preservação de edifícios já vinha acontecendo, embora de forma esporádica, desde a Idade Média, com particular destaque no reinado de D. Afonso V, centrada essencialmente no património religioso e militar.

Os testemunhos revelam que, por seu lado, a Europa se encontrava nas mesmas circunstâncias, com mais ou menos foco no zelo conservacionista. Contudo, só no século XVIII surgiram as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro patrimoniais, com base na legislação e na intervenção técnica. É nesta época que emergem diversas fontes escritas com métodos de restauro e o aparecimento de oficinas especializadas no mesmo.

Foi no reinado de D. João V (1707-1750), que se deu o primeiro passo para a preservação do património português. A assinatura e o seu cunho no alvará régio de 1721 determinavam que a Academia Real da História fosse incumbida dessa responsabilidade.



Figura 9 – Gravura de Vieira Lusitano (alegoria ao Escudo Português)
alusiva à criação da Academia Real de História Portuguesa

No final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, a defesa do património ganhou significativa expressão em Portugal, o que se traduziu principalmente na criação de um grande número de associações, originando progressos no campo do estudo, divulgação, animação e defesa do património cultural português, movimento cultural inovador inexistente até à data.

As associações de defesa do património, no período democrático, retomaram algumas das propostas cívicas dos períodos anteriores, e, em alguns casos, manifestaram-se na continuação dos modelos anteriores, sobretudo dos Grupos de Amigos.

Dada a sua importância desde o passado até ao presente, mencionamos a seguir dois exemplos, um de carácter urbano e abrangência nacional, o outro de origem local e de carácter rural. Referimo-nos ao [Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga](#) e ao [Grupo de Amigos do Manigoto](#), respetivamente, cujos logótipos são os seguintes:



Figura 10 – Grupo de Amigos do Manigoto



Figura 11 – Grupo de Amigos do MNAA

No que se refere às Associações de Defesa do Património, mencionamos igualmente dois exemplos, um de carácter local, que atua em meio rural, outro de cariz nacional, urbano-rural, direcionado para as práticas sustentáveis e amigas do ambiente.

Falamos, respetivamente, da [Associação de Defesa do Património de Mértola](#) e da [Associação da Bandeira Azul da Europa](#), representadas, respetivamente, pelos seguintes logós:



Figura 12 – Associação de Defesa do Património de Mértola



Figura 13 – Associação da Bandeira Azul da Europa

Em termos gerais, as associações de defesa do património e do ambiente, foram, desde os anos 70, melhorando e especializando a sua intervenção na sociedade, orientada na definição de objetivos, no contacto com a realidade internacional, no estabelecimento de redes associativas e na ligação com as entidades governativas.

Atualmente²¹, a salvaguarda do património apresenta como foco, a proteção de um conjunto muito alargado de valores que ultrapassam o domínio estrito do património edificado, devendo, por isso, ser entendida de uma forma integrada e holística. Neste contexto é positivo verificar a preocupação da tutela na salvaguarda e preservação preventiva do

21 – A [Direção-Geral do Património Cultural](#) tem por missão e atribuições assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imaterial (PCI), designadamente no que respeita à tramitação do respetivo processo de proteção legal e à definição e difusão de metodologias e procedimentos de salvaguarda.

património, situação sobre a qual deixamos seguidamente dois exemplos:

- controlo feito pela DGPC sobre o [trabalho da Comissão](#) da Câmara Municipal de Lisboa que aprecia os projetos suscetíveis de afetar os bens patrimoniais protegidos;
- Guia de sensibilização editado pela DGPC para garantir a [salvaguarda do património arqueológico em operações agrícolas](#)

Na realidade, acompanhando a evolução das mentalidades, a complexificação das sociedades e o fenómeno da globalização, o universo patrimonial encontra-se em rápida expansão, agregando cada vez mais elementos, englobando novas tipologias e tendendo a aumentar expressivamente o número de bens a proteger.

O conceito atual de património arquitetónico não se refere apenas às categorias monumentais clássicas, abarcando uma diversidade de monumentos, conjuntos e sítios espalhados pelo território, que estabelecem relações entre si e com os seus contextos paisagísticos e ambientais, urbanos e não urbanos, tornando-se indissociável do património imaterial com que se relaciona.

Num processo aparentemente contraditório, um acréscimo de desenvolvimento pode implicar um maior risco para a proteção e salvaguarda do património; este fenómeno acontece frequentemente nas periferias urbanas, que exibem uma descaracterização quase generalizada do território, onde o património arquitetónico, anacrónica e paradoxalmente, é olhado, por vezes, como um entrave ao desenvolvimento, sofrendo o conseqüente esquecimento ou mesmo o abandono.

A imagem seguinte pretende, de alguma forma, retratar esta situação:



Imagem 83 – Mosteiro de Nossa Senhora de Seíça, Paião, Figueira da Foz.

Acima de tudo, importa reter que a salvaguarda do património só terá eficácia se forem trabalhadas, em simultâneo, diferentes áreas dessa mesma realidade – a inventariação, a classificação, a gestão, a intervenção e a difusão - que, embora tenham operativamente a sua autonomia, são partes complementares de um encadeado lógico de ações.

No quadro atual, qualquer esforço/investimento desenvolvido numa das áreas da salvaguarda não terá um resultado prático expressivo se não for acompanhado de igual investimento nas outras.

Enquadramento legislativo relativo à salvaguarda: Anexo III

3.6 Intervenção e Valorização do Património

Valorizar o património existente num determinado território consiste em torná-lo parte do interesse coletivo, enquanto fator de identidade e de atratividade, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia local de desenvolvimento, em cuja cadeia de valor participa ativamente, em articulação com outros fatores.

Esta valorização pressupõe uma intervenção, a qual pode ser efetuada de várias formas. Intervir no património rural passa obrigatoriamente por identificar a sua importância social, cultural e económica.

Para tal, é necessário conhecê-lo e fazer com que seja reconhecido o seu valor, assegurando a sua preservação e, eventualmente, encontrando-lhe uma nova utilização e garantindo a sua transmissão às gerações futuras.

3.6.1 Formas de intervenção no Património Rural

Existem diversas formas de intervenção no património rural, tais como:

Preservação

No âmbito do património natural, é de salientar a prevenção e proteção contra incêndios, uma forma importante de proteger os recursos ambientais e a biodiversidade.



Imagem 84 - Bufo Real, ameaçado de extinção

É patente a necessidade de armazenamento de água associada ao papel relevante no combate aos incêndios, cujo risco meteorológico se prevê que seja agravado com as alterações climáticas.

Tal como a floresta, a água e o solo são recursos imprescindíveis e, como tal, constituem um importante património a preservar. A agricultura e a floresta têm um papel muito importante na proteção do solo contra a erosão hídrica, em particular num contexto de mudanças globais do clima.

Pese embora se verifiquem ainda algumas situações localizadas de poluição do solo e da água com efluentes de origem agrícola e pecuária, os produtores, na sua generalidade, realizam o seu trabalho com preocupações ambientais, adaptando os seus modelos de produção, através de investimentos por opção individual, ou integrados em iniciativas criadas pelas entidades públicas (Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária – NREAP), como é o caso da instalação de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's) nas suas explorações ou da sua participação nos Planos de Gestão dos Efluentes Pecuários.



Imagem 85 – ETAR - Estação de tratamento de águas residuais

Merecem igualmente ser assinalados os seguintes tipos de iniciativas a favor da preservação da sustentabilidade ambiental:

- a mobilização das populações, designadamente dos jovens, para ações de limpeza das matas e das praias,





Imagens 86 e 87 – Voluntariado jovem na limpeza das florestas e das praias

- prática da reciclagem de resíduos,



Imagem 88 – Separação dos resíduos

- existência de programas que apoiem as iniciativas desenvolvidas pelas escolas, no âmbito da Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável, como é o caso do Programa [Eco-Escolas](#), no terreno desde 1996.



Figura 14 – Logótipo do Programa ECO-ESCOLAS

Quanto ao património rural construído, são igualmente desejáveis e necessárias iniciativas de manutenção/preservação, sejam elas exteriores ou estruturais, tanto mais que frequentemente acontecem situações de degradação das estruturas, sobretudo por falta de recursos financeiros ou mesmo por desleixo.



Imagem 89 – Ação de conservação de património edificado

Restauro

Restaurar o património é colocá-lo em bom nível de conservação, ou seja, repará-lo e repô-lo no estado original. Deve procurar atingir-se este estado sem quaisquer concessões à interpretação ou ao gosto pessoal, não devendo ser permitidas as intervenções que não correspondam a este espírito.



Imagem 90 – Conservação e Restauro - Laboratório José Figueiredo, DGPC



Imagem 91 – Restauro de talha dourada, Mosteiro de Tibães



Imagem 92 – Espigueiros recuperados, Soajo

O restauro implica utilizar as técnicas tradicionais e repor o estado original de funcionamento. Por exemplo, um moinho restaurado deverá poder moer, um forno de pão deverá poder cozer. Quando certos elementos do património tiverem de ser substituídos, apenas devem ser utilizados os materiais e as técnicas tradicionais. Qualquer intervenção de restauro no património deve ser realizada de forma não irreversível, isto é, deve sempre permitir um retorno ao estado original.

Renovação e Reabilitação

Estas duas formas de intervenção sobre o património, embora nem sempre contribuam para valorizá-lo, podem muitas vezes interagir com o seu restauro e redireccionamento.

Renovar é tornar novo um edifício ou um objeto antigo. A renovação pode levar até à destruição completa do objeto e à sua reconstrução, sem qualquer cuidado de restauro. Esta solução é quase sempre a menos dispendiosa e conduz à transformação, mais ou menos radical, da versão original.

Para obviar a este risco devem procurar-se soluções, que podem passar pelo recurso a entidades (autarquias, associações de defesa do património, etc.), que suportem parte dos custos resultantes de um restauro minucioso, respeitando os materiais, as técnicas e os “saberes-fazer” tradicionais.

Reabilitar, por seu lado, consiste em introduzir condições de conforto, de higiene e de segurança em ambientes considerados demasiado antigos face às exigências do mundo

moderno. No entanto, a aplicação das normas e sistemas atuais de construção pode, por vezes, em iniciativas de renovação ou reabilitação, comprometer a integridade, a identidade e as características do edifício tradicional, obrigando, por exemplo, ao levantamento de soalhos, abertura de portas e janelas em paredes antigas, aplicação de rebocos inadequados, etc.,



Imagem 93 – Reabilitação inadequada

Refuncionalização

Muitos dos elementos do património não exercem atualmente a sua função tradicional, como é, por exemplo, o caso das fortalezas, dos castelos, dos moinhos, dos pombais, etc. Atribuir uma nova utilização é, muitas vezes, o melhor meio de assegurar a sua conservação, embora tudo dependa do tipo de património em causa.

Um objeto patrimonial de reduzidas dimensões pode ser preservado como testemunho dum passado, num museu ou numa coleção particular, ou ser considerado pelo simples valor estético, podendo vir a ser utilizado como objeto de decoração. No entanto, certos bens patrimoniais não são transportáveis (como é o caso dos edifícios, ou das paisagens) e o custo da sua conservação pode, por esse motivo, pôr em perigo a sua perenidade. Entre as soluções existentes, as mais correntes são a transformação em locais de visita (casas museu, oficinas de ferreiro, etc.), ou de velhas quintas em segundas residências ou afetando-as a turismo no espaço rural, ou de edifícios com valor patrimonial em pousadas, galerias de exposição, espaços municipais, ou sedes de associações, entre outras.

Vejam-se os seguintes exemplos:



Imagens 94 (página anterior) e 95 – Portas de Almeida aproveitadas para Posto de Turismo



Imagem 96 – Antigos moinhos com funcionalidade de alojamento turístico, Setúbal

Divulgação

Divulgar o património é chamar a atenção para a sua importância e valor. A explicação da sua génese, história, função e contexto dará ao objeto o seu estatuto patrimonial e permitirá mobilizar vontades com vista à respetiva preservação. Neste contexto, divulgar o património é, sobretudo, atribuir-lhe um sentido.

O objeto mais simples pode testemunhar uma história, um modo de vida, uma organização do espaço ou de acontecimentos sociais, e enquanto tal, para além do seu carácter estético ou de visibilidade, ele torna-se digno de interesse.

É assim que se pode explicar o entusiasmo atual pelo turismo industrial, pelos lugares de memória, pelos objetos e lugares sem carácter monumental, que, de outra forma, dificilmente seriam reconhecidos pelo seu valor patrimonial.



Imagem 97 – Colóquio para difusão de informação

Restituição à Comunidade

O património é, geralmente, alvo de todas as atenções por parte dos poderes públicos ou da comunidade científica e surge, por vezes, quase como “pertença” de alguns especialistas ou proprietários privados. Sendo um bem da humanidade, é desejável que esteja acessível a toda a população.

Os [museus](#), por exemplo, têm a missão de restituir ao público, sob a forma de exposição / interpretação, os bens patrimoniais que conservam à sua guarda. Se o acesso, por motivos especiais, tiver de ser restrito, convém justificá-lo claramente. Por outro lado, é igualmente importante restituir à comunidade o património imaterial de um determinado território (usos e costumes, tradições, “saberes-fazer”, etc.) através da realização de feiras, jornadas, mostras, exposições, desfiles, festas, suportes de divulgação, etc.



Imagem 98 - Museu Rural de Boticas



Imagem 99 – Museu Rural do Marão (Amarante)

No que se refere ao património natural, existe uma rede de [Centros de Interpretação](#), muitos deles também a funcionar como museus.

3.6.2 Valorização do Património

Objetivos

Imaginemos que a nossa terra é rica em património de vários tipos. O que faríamos se tivéssemos atribuições e competências para empreender iniciativas a nível local?

Certamente, iríamos encarar esse património como fator de atratividade local, de desenvolvimento, podendo através dele obter algum valor acrescentado para a economia da região. No âmbito da riqueza patrimonial dos territórios, um instrumento muito simples, de entre vários, que pode contribuir para a criação da cadeia de valor a nível local é a conceção e organização de percursos pedestres.

A título de exemplo, imagine-se uma freguesia rural onde existe património de diversos tipos e alguma atividade económica, designadamente, restauração, alojamento turístico e microempresas de transformação agroalimentar e de produção de artesanato.

Para valorizar e rentabilizar a existência desses tipos de património, uma boa opção seria conceber e consensualizar com os atores locais um percurso pedestre para os fins-de-semana, destinado a grupos com um número mínimo de participantes, que cumpririam o percurso traçado durante um dia inteiro, mediante uma inscrição / reserva, cujo montante seria destinado a custear despesas relacionadas com a manutenção do trilho.

Este roteiro seria alvo de notícia e de informação nos sítios web da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal e nos media locais.

O exemplo anterior aponta para a utilização de uma forma simples de valorização do património rural, quando se está em presença de um determinado território com recursos variados, como acontece frequentemente nas nossas zonas rurais.

A título de exemplo, imagine-se uma freguesia rural onde existe património de diversos tipos e alguma atividade económica, designadamente, restauração, alojamento turístico e microempresas de transformação agroalimentar e de produção de artesanato.

Para valorizar e rentabilizar a existência desses tipos de património, uma boa opção seria conceber e consensualizar com os atores locais um percurso pedestre para os fins-de-semana, destinado a grupos com um número mínimo de participantes, que cumpririam o percurso traçado durante um dia inteiro, mediante uma inscrição / reserva, cujo montante seria destinado a custear despesas relacionadas com a manutenção do trilho.

Este roteiro seria alvo de notícia e de informação nos sítios web da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal e nos media locais.

O exemplo anterior aponta para a utilização de uma forma simples de valorização do património rural, quando se está em presença de um determinado território com recursos variados, como acontece frequentemente nas nossas zonas rurais.



Imagem 100 – Percurso pedestre organizado

Neste caso, a freguesia dispunha de vários tipos de recursos patrimoniais e de microempresas ligadas à restauração, ao alojamento turístico e à produção artesanal de bens alimentares e não alimentares. Contudo, faltava-lhe um "catalisador" para colocar todos estes recursos em funcionamento interativo – o percurso pedestre.

O percurso delineado teria provavelmente proporcionado, um ou dois anos depois, uma ou várias das situações exemplificadas a seguir:

- a freguesia ganhou notoriedade e os grupos de visitantes aparecem regularmente;*
 - os pequenos negócios empresariais conseguiram manter os seus postos de trabalho e nalguns casos até ganharam escala, por via do turismo, criando alguns empregos;*
 - a Junta de Freguesia, com a ajuda de toda esta movimentação de visitantes e da população, conseguiu alargar o Lar de Idosos e Centro de Dia e instalar um polo de atendimento médico urgente dependente do Centro de Saúde instalado na sede de concelho.*
 - houve algumas famílias jovens que se instalaram, criando o seu próprio negócio / emprego.*
- Em suma, começou a notar-se um aumento da qualidade de vida dos residentes, o que poderá vir a dar origem a uma gradual fixação da população*

Nada disto foi real, mas tudo poderia ter acontecido...

No fundo, neste exemplo, "aconteceu" desenvolvimento local, criado e mantido pelos recursos endógenos, ilustrando de que forma uma pequena iniciativa pode gerar valor e estar na base do desenvolvimento sustentável de um território. E tudo isto, repita-se, é passível de acontecer em qualquer lado, basta conhecer-se o território, selecionar os recursos mais apropriados e haver literacia de desenvolvimento, empenhamento dos atores do território e vontade política.

Regressando ainda à Valorização, diremos que o ato de valorizar o património pode ser

realizado com dois objetivos principais, que não deixam de estar relacionados entre si:

A classificação do património, com base em determinados requisitos (valorização do património);

A valorização que o património pode injetar na cadeia de valor do território (valorização do território por via do património).

Património classificado

A classificação do património é o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural. O organismo que zela pela classificação e proteção do património é a DGPC. Esta entidade propõe ao Secretário de Estado da Cultura - que procede ou não à respetiva homologação - a classificação que considera adequada para um certo bem de [património cultural](#), de forma a proteger e a conservar o seu valor histórico e arquitetónico, bem como o da sua envolvente.

O processo de inventariação e atribuição da classificação aos bens móveis ou imóveis é regido pela "[Lei de bases do património cultural](#)" (Lei nº 107/2001). Toda a tramitação foi alterada com a publicação do [Decreto-Lei n.º 309/2009](#), tendo sido estabelecidos os procedimentos de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Tendo em conta o seu valor relativo e abrangência do seu interesse os imóveis podem obter uma de três classificações:

- [Monumento Nacional](#)
- [Imóvel de Interesse Público](#)
- [Imóvel de Interesse Municipal](#)

Exemplos de monumentos nacionais:

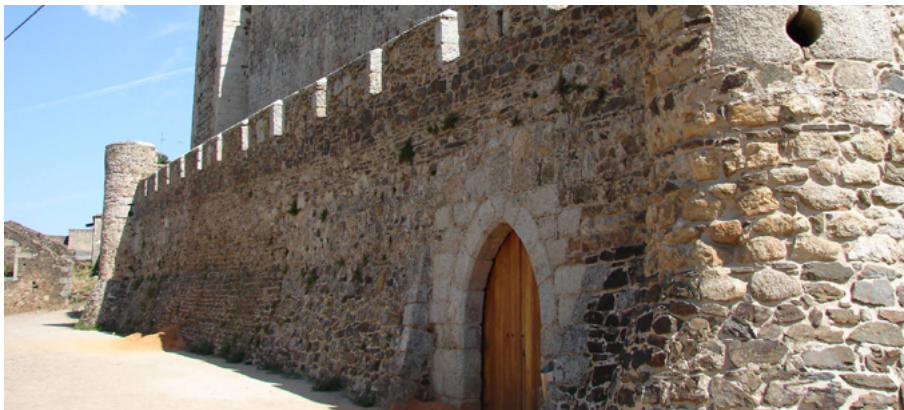


Imagem 101 – Castelo de Sabugal



Imagem 102 – Ponte Velha, Terena, Alandroal

Exemplos de imóveis de interesse público:



Imagem 103 – Linhares da Beira



Imagem 104 – Açude da Fábrica de Fiação de Tomar

Exemplos de imóveis de interesse municipal:



Imagem 105 – Igreja Matriz do Outeiro, Bragança



Imagem 106 – Casa Condessa de Foz de Arouce, Lousã

Existências nacionais do Património Material Classificado (2018):

4 051 bens imóveis (monumentos, conjuntos ou sítios) classificados em todo o território português;

807 Monumentos Nacionais

2 672 bens imóveis de Interesse Público (imóveis, monumentos, conjuntos ou sítios)

572 bens imóveis de Interesse Municipal (imóveis, monumentos, conjuntos ou sítios)

15 classificações de Património Mundial inscritas na lista da UNESCO

11 classificações de [Património Mundial de origem Portuguesa](#), inscritas na lista da UNESCO.

O [Processo de Classificação](#) (Decreto-Lei nº 309/2009, de 23/10) de um bem imóvel inicia-se por proposta interna da DGPC ou da Direção Regional de Cultura competente ou a requerimento de qualquer interessado, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

Por seu lado, os bens classificados são incluídos em três categorias distintas: (Convenção de Granada):

Monumentos:

Obras de arquitetura, notáveis pelo seu interesse histórico, artístico, científico técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental;

Conjuntos:

Agrupamentos arquitetónicos, urbanos ou rurais, de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social;

Sítios:

obras feitas pelo homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogêneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.

A classificação alarga o seu âmbito estratégico através da constituição de zonas gerais e especiais de proteção (ZGP e ZEP)²², servidões administrativas nas quais não podem ser concedidas licenças para obras de construção sem prévio parecer favorável da tutela e que podem incluir zonas *non aedificandi* (ZNA - zonas onde é proibido qualquer tipo de construção), destinadas à criação de tamponamentos que levem à minimização de impactos construtivos ou à salvaguarda de solos arqueológicos.

Património Mundial

A [Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural](#), adotada em 1972 pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, (UNESCO), constitui um dos instrumentos legais mais universais para a proteção do património cultural e natural.

Este documento estabelece quais os bens a integrar a Lista de Património Mundial, fixando deveres dos Estados membros no desenvolvimento de uma ética de conservação do património, bem como o seu desempenho na proteção e preservação do mesmo. Portugal aderiu a esta Convenção em 1979.

Dos 962 bens, de 153 Estados, 745 estão classificados como culturais, 188 naturais e 29 mistos, sendo que 15 estão localizados em território nacional.

A [lista da UNESCO](#) do património mundial indica que Portugal possui atualmente as seguintes 15 evidências patrimoniais classificadas como património (material) mundial, referindo os anos em que ocorreu a classificação:

22 – [Classificação de bens imóveis e fixação de Zep.](#)

- Centro Histórico de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores - 1983
- Convento de Cristo, Tomar - 1983
- Mosteiro da Batalha - 1983
- Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Lisboa - 1983
- Centro Histórico de Évora -1986
- Mosteiro de Alcobaça - 1989
- Paisagem Cultural de Sintra - 1995
- Centro Histórico do Porto, Ponte D. Luís I e Mosteiro da S. do Pilar - 1996
- Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa, Guarda - 1998
- Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira - 1999
- Alto Douro Vinhateiro - 2001
- Centro Histórico de Guimarães - 2001
- Paisagem da Cultura da Vinha na Ilha do Pico, Açores - 2004
- Cidade fronteiriça e de guarnição de Elvas e suas fortificações - 2012
- Universidade de Coimbra – Alta e Sofia – 2013
- [Santuário do Bom Jesus do Monte, Braga](#) – 2019
- [Edificações Reais de Mafra, Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada de Mafra](#) - 2019
- [Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra](#) – 2019

Património Imaterial da Humanidade

Observe-se o seguinte diagrama:

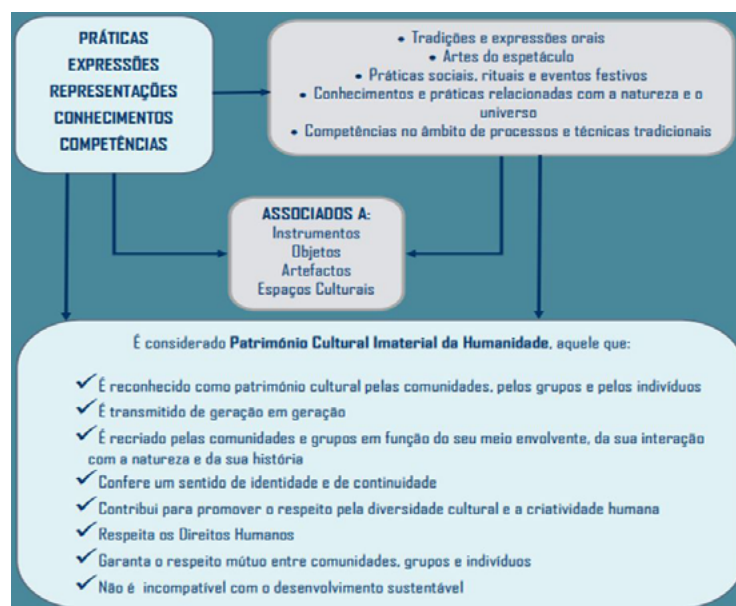


Figura 15 – Requisitos do Património Cultural Imaterial da Humanidade

Segundo a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Imaterial, de 2003 “o património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.”

Por seu lado, a [Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade](#) contém elementos patrimoniais culturais intangíveis que ajudam a demonstrar a diversidade do património cultural e consciencializam sobre a sua importância.

As referências de património imaterial portuguesas, classificadas pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade ou de Salvaguarda Urgente, são as seguintes:



Figura 16 – Património Cultural Imaterial da Humanidade, Portugal

- Fado (classificação em 2011) - [Candidatura e Plano de Salvaguarda](#)
- Dieta Mediterrânica (classificação em 2013) - [Candidatura e Plano de Salvaguarda](#)
- Cante Alentejano (classificação em 2014) - [Candidatura e Plano de Salvaguarda](#)
- Arte da Falcoaria (classificação em 2016) - [Candidatura e Plano de Salvaguarda](#)
- Arte Chocalheira (Salvaguarda urgente) - [Candidatura e Plano de Salvaguarda](#)
- Barro Preto de Bisalhães ([Salvaguarda urgente](#))
- Artesanato de Estremoz (classificação em 2017) - [Candidatura e Plano de Salvaguarda](#)

Fado



Figura 17 – “O Fado”, José Malhoa - 1910, Museu da Cidade de Lisboa

O [Fado](#) é um estilo musical português, geralmente cantado por uma só pessoa (fadista) e acompanhado por uma guitarra clássica (nos meios fadistas denominada viola) e uma guitarra portuguesa. O Fado foi elevado à categoria de Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela UNESCO numa declaração aprovada no VI Comité Intergovernamental desta organização internacional, realizado em Bali, na Indonésia, entre 22 e 29 de Novembro de 2011.

A Origem do Fado: diversos pontos de vista

A palavra “Fado” vem do latim *fatum*, ou seja, “destino”. Existem várias teses relativamente à sua [origem](#) .

Uma explicação popular para a origem do fado de Lisboa remete para os cânticos dos mouros. No entanto, tal explicação não é correta numa perspetiva etnomusicológica, pois não existem registos do fado até ao início do século XIX.

Numa outra teoria, também não completamente provada, a origem do fado parece despontar da imensa popularidade nos séculos XVIII e XIX da [Modinha](#), e da sua síntese popular com outros géneros afins, como o [Lundu](#) que, por sua vez, tem origem em danças angolanas, como o Kaduke de Mbaka, posteriormente uma das mais populares danças praticadas em Luanda com o nome de [Masemba](#).

No essencial, a origem do fado é ainda desconhecida, mas certo é, que parece surgir no “rico caldo” de culturas presentes em Lisboa, sendo por isso reconhecido por grande parte dos autores como canção urbana.

O Fado só passou a ser ouvido depois de 1840 nas ruas de Lisboa. Nessa época só o *fado do marinheiro* era conhecido, e era, tal como as *cantigas de levantar ferro*, as *cantigas das fainas*, ou a *cantiga do degredado*, cantado pelos marinheiros na proa do navio. O fado mais antigo é o fado do marinheiro, e é este fado que vai se tornar o modelo de todos os outros géneros de fado que mais tarde surgiriam, como o *fado corrido* e o *fado da cotovia*. E com o fado surgiram os fadistas, com os seus modos característicos de se vestirem, as suas atitudes pouco convencionais, desafiadoras por vezes, que se viam em frequentes contendidas com grupos rivais.

Na primeira metade do século XX o fado foi adquirindo grande riqueza melódica e complexidade rítmica, tornando-se mais literário e mais artístico. Os versos populares foram sendo substituídos por versos mais elaborados, começando a ouvir-se as décimas, as quintilhas, as sextilhas, os alexandrinos e os decassílabos.

Durante as décadas de 30 e 40, o cinema, o teatro e a rádio projetam esta canção para o grande público, tornando-a de alguma forma mais comercial. A figura do fadista nasce como artista. Esta foi a época de ouro do fado onde os tocadores, cantadores saíam das vielas e recantos escondidos para brilharem nos palcos do teatro, nas luzes do cinema, para serem ouvidos na rádio ou em discos.

Surgem então as Casas de Fado e com elas o lançamento dos artistas de fado profissional. Para se poder cantar nestas Casas era necessário carteira profissional e um repertório visado pela Comissão de Censura, bem como, um estilo próprio e boa aparência. As Casas proporcionavam também um ambiente de convívio e o aparecimento de letristas, compositores e intérpretes.

Já em meados do século XX o fado iniciou sua conquista pelo mundo, tornando-se muito famoso também fora de Portugal.

Os artistas que cantavam o fado trajavam de negro. É no silêncio da noite, com o mistério que a envolve, que se deve ouvir, com uma “alma que sabe escutar”, esta canção, que nos fala de sentimentos profundos da alma portuguesa. É este o fado que faz “chorar” as guitarras...



Imagem 113 – Casa de Fados “A Severa”, Lisboa

Ilustrando a [diversidade de teorias sobre a origem do Fado](#), registamos, por último, a posição do investigador e musicólogo José Alberto Sardinha, inserida no seu livro “A origem do fado”, resultado de 20 anos de investigação.



Figura18 – Livro “A origem do Fado”

Para o autor, o Fado descende diretamente do [romanceiro](#), o canto narrativo tradicional, cuja origem remonta à Idade Média.

O livro em causa contraria tudo o que até hoje se escreveu sobre a matéria. Até agora sabia-se que a história da chamada canção de Lisboa sempre andou envolta em mistério e que o género terá sofrido influências do Brasil, de África e do Médio Oriente. Contudo, na investigação de Sardinha, todas estas teorias são postas de parte. Para o autor, o fado não é só de Lisboa porque, (explica com ironia) “nunca existiu à entrada de Lisboa uma alfândega musical que determinasse que dali nem saía o Fado nem entravam chulas e malhões. O Fado tem a sua génese no romanceiro tradicional”.

O investigador defende ainda a ideia de que o fado não nasceu nas tabernas, mas, sim, na rua e nas feiras.

“O romanceiro tem a sua origem nas gestas em que se narravam histórias da guerra contra os mouros e que, a partir do século XVI, começou a contar histórias de amores e desamores de reis e de rainhas e que mais tarde, no século XVII, passou a contar histórias do dia-a-dia de gente simples. Todo esse repertório foi, durante séculos, cantado por músicos ambulantes, os jograis, e, posteriormente, pelos ceguinhos”.

O ponto de viragem na investigação de José Alberto Sardinha aconteceu em 1988: *“Um dia, depois de gravar uma velhota a cantar romanceiros, percebi que havia pontos de contacto com o Fado. Voltei para casa e fui ouvir gravações antigas que fizera e pensei: “se substituirmos o conceito de semelhança pelo conceito de identidade, pode ser uma revolução. E, então, investiguei mais profundamente nos anos seguintes”.*

“Ao longo de 22 anos”, conta José Alberto Sardinha, “comecei a direccionar a minha investigação na procura dos ceguinhos, na gravação do seu repertório, na gravação de romances e na busca da génese do Fado. No fundo, o que defendo é que, do século XVI até princípios século XX, Lisboa comungava de um mesmo substrato cultural com as aldeias, vilas e cidades do resto do país. Isto é, havia uma realidade, uma prática e uma vivência musicais que eram comuns”.

Dieta Mediterrânica

A Dieta Mediterrânica (DM) é um conjunto de competências, conhecimentos, práticas e tradições relacionadas com a alimentação humana, que vão da terra e do mar à mesa, abarcando as culturas, as colheitas e a pesca, assim como a conservação, transformação e preparação dos alimentos e, em particular, o seu consumo.



Imagens 114 e 115 – Fainas da pesca



Imagem 116 – Produtos da terra mediterrânicos



Imagem 117 – Produtos alimentares

O modelo nutricional desta dieta, permaneceu constante através do tempo e do espaço. Os ingredientes principais são o azeite, os cereais, as frutas e verduras frescas ou secas, uma proporção moderada de carne, peixe e produtos lácteos, abundantes condimentos e cujo

consumo à mesa é acompanhado de vinho ou infusões, respeitando sempre as crenças e o modo de vida de cada comunidade.

A dieta mediterrânea – cujo nome deriva da palavra grega *díaita*, que quer dizer modo de vida – não compreende apenas a alimentação, pois é um “pacote” cultural que propicia a interação social, verificando-se que as refeições em grupo são uma pedra angular dos costumes sociais e da celebração de acontecimentos marcantes, nomeadamente os festivos ou de dias nomeados. A dieta mediterrânea originou também um conjunto considerável de conhecimentos, cânticos, refrões, ditados populares, contos e lendas.

Na filosofia da Dieta Mediterrânea existe uma atitude global de respeito pela terra e pela biodiversidade, verificando-se a conservação e o desenvolvimento de atividades tradicionais e artesanais ligadas à agricultura e às pescas.

O conceito de Dieta Mediterrânea e a Pirâmide Alimentar Mediterrânea

O conceito da dieta mediterrânea foi elaborado por [Ancel Keys](#), que demonstrou que havia uma estreita relação entre o consumo de gorduras e a incidência da doença coronária. A exceção verificou-se nos povos da bacia do Mediterrâneo, que apesar de terem um elevado consumo de gordura sofriam de relativamente poucos enfartes do miocárdio. Esta exceção, dever-se-ia ao tipo de gordura consumida que no Mediterrâneo era gordura insaturada (azeite).

Além da relação entre gorduras saturadas e insaturadas, verificou-se que certas gorduras polinsaturadas não são sintetizadas pelo organismo humano apesar de serem essenciais para a saúde, como é o caso dos ácidos gordos ómega 3 e 6. Os primeiros são abundantes nos peixes gordos, nas sementes e nos frutos secos; os segundos encontram-se na gordura animal e nos óleos vegetais. Desde a sua origem, a dieta mediterrânea devido à sua riqueza em peixes, sementes e frutos secos tem um aporte equilibrado em ómega 3 e ómega 6, o que é benéfico para a saúde.

O conceito de Keys foi aprofundado e alargado. Além da composição do cabaz de alimentos, é importante a frequência da sua ingestão. Foi assim que nasceu a pirâmide dos alimentos, que relaciona estes dois aspetos.



Figura 19 – Pirâmide da Dieta Mediterrânica

Mais tarde, na base da pirâmide, foi incluído o exercício, e a necessidade da sua prática diária. Um padrão alimentar (dieta) tinha evoluído para um estilo de vida que o integrava, mas que era muito mais do que isso.

Os aspetos culturais, tais como feiras, romarias, festivais, foram também valorizados e integrados no conjunto bio-psicossocial que caracteriza o estilo de vida mediterrânico. Além disso, as refeições são tomadas com tempo para saborear os alimentos, a bebida e a companhia, ao contrário das refeições de tipo "fast-food".

Em Portugal, a DG da Saúde, através do PNPAS (Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável), elaborou a [Nova Roda dos Alimentos Mediterrânica Interativa](#), ferramenta que permite explorar os vários grupos de alimentos característicos do padrão alimentar mediterrânico, juntamente com as características associadas ao estilo de vida mediterrânico.



Imagem 118 – Convivialidade à mesa

A primeira grande diferença entre a dieta mediterrânica e outros padrões alimentares é a ingestão quotidiana de verduras, legumes e frutos (frescos e secos), o que lhe dá um grande aporte de fibra. A segunda diferença é a utilização do azeite como principal gordura alimentar, bem como pouca quantidade de sal nos alimentos. A terceira é o baixo consumo de carne vermelha e a preferência dada ao peixe, sobretudo peixe gordo como sardinha, cavala, carapau etc..., e às carnes brancas. O vinho, sobretudo tinto, é bebido às refeições, a água com abundância. Para bem digerir os alimentos é frequente a toma de chás e infusões de ervas medicinais.



Figura 20 – Princípios da Dieta Mediterrânica

É oportuno referir que foi recentemente criado em Portugal o Centro de Competências da Dieta Mediterrânica, integrando intervenientes com responsabilidades na investigação, preservação, valorização e divulgação e promoção da Dieta Mediterrânica, contribuindo assim ativamente para a maior implantação e enriquecimento da mesma e para a respetiva preservação enquanto herança cultural identitária portuguesa, um estilo de vida e um padrão alimentar de excelência e um importante fator de desenvolvimento dos territórios rurais.

A DM, como conceito multidisciplinar, exige uma intervenção de diferentes entidades, com diferentes responsabilidades e áreas de atuação. A CCDR Algarve foi responsável pela criação da Comissão Regional da DM, a qual reúne diversas entidades de carácter público e privado, que trabalham em conjunto na dinamização deste projeto, baseado em quatro vetores estratégicos, cada um com uma série de Ações a desenvolver até ao ano de 2021.

- 1 - Identificação, investigação e documentação
- 2 - Preservação e proteção
- 3 - Promoção e valorização
- 4 - Transmissão da informação

Cante Alentejano

O Cante Alentejano é um género musical tradicional do Alentejo. O Cante não é a única expressão de música tradicional no Alentejo, sendo mais específico do Baixo Alentejo.



Imagem 119 – Grupo coral de Cante Alentejano

Cantado em coro e sem qualquer recurso a instrumentos musicais, por grupos de homens e mulheres, o Cante Alentejano é uma manifestação popular característica dos vários concelhos do distrito de Beja, na região historicamente conhecida como Baixo Alentejo. No entanto, foi o Município de Serpa que tomou a iniciativa de propor sua inscrição no Património Mundial em conjunto com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo.

Embora a tradição atualmente seja mantida pelos grupos corais, alguns deles já centenários, o Cante costuma acontecer em contextos informais, durante o trabalho no campo ou em momentos de festa. As letras falam de sentimentos e de momentos do quotidiano.

Arte Chocalheira

O Fabrico de Chocalhos, considerado Património Cultural Imaterial, é uma arte singular que existe na região do Alentejo há mais de dois mil anos. Ofício importante na identidade da região, esta arte preserva-se ainda sobretudo nos concelhos de Estremoz, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo, tendo sido passada de geração em geração. O centro de fabrico principal fica na freguesia de Alcáçovas, onde também se pode visitar o Museu do Chocalho, uma coleção particular com mais de 3.000 peças recolhida ao longo de 60 anos.



Imagem 120 – Chocalhos, Alcáçovas



Imagem 121 – Museu do Chocalho, Alcáçovas

O chocalho português é um instrumento de percussão tradicional, com um som inconfundível e um papel fundamental na paisagem sonora das áreas rurais, sobretudo onde ainda se pratica o pastoreio. A prática é transmitida de pais para filhos e requer um processo de fabrico manual muito próprio, antes das peças serem polidas e aperfeiçoadas.

A produção de chocalhos constitui a principal indústria da povoação de Alcáçovas que os fabrica desde o século XVIII, e cujo segredo se mantém na posse de algumas famílias que o vêm transmitindo de geração em geração, levando-o consigo quando emigram. Deste modo, é possível encontrar aqueles objetos de artesanato em Serpa, Estremoz e Portalegre.

Hoje, o fabrico destes objetos continua a processar-se exatamente do mesmo modo, e as oficinas mantêm o mesmo aspeto de há 200 anos. Mas, o seu número tem vindo a diminuir drasticamente. Ainda há 40 anos havia dezasseis oficinas, das quais atualmente apenas três funcionam.

Os chocalhos eram usados para pendurar ao pescoço de alguns animais (os guias), à volta dos quais se juntavam os outros enquanto pastavam. Também serviam para indicar o paradeiro das reses mais gulosas quando estas se afastavam da manada para os campos semeados. Nos dias de hoje, o sistema de limitar as zonas destinadas à pastagem com cercas aramadas está a fazer cair em desuso a utilização dos chocalhos

Os ganadeiros tinham orgulho em apresentar os seus animais munidos de chocalhos ornados com as iniciais da casa agrícola a que pertenciam e pendurados ao pescoço por coleiras de couro cravejadas e trabalhadas. Essas coleiras eram presas segundo dois sistemas: com fivelas de metal ou peças de madeira (as cáguedas), também primorosamente

decoradas.

Os chocalhos têm nomes diversos conforme os tamanhos, que podem ir desde os 2 aos 50 cm de altura. Os de formato grande destinam-se ao gado vacum e cavalariço e a alguns bodes guias. Os médios aplicam-se no gado lanígero e os pequenos em animais domésticos. Hoje, são vendidos principalmente para fins decorativos e os compradores e colecionadores, sobretudo estrangeiros, preferem adquirir os chocalhos já usados.

Arte da Falcoaria

A falcoaria ou cetraria é a arte de criar, treinar e cuidar de falcões e outras aves de rapina para a caça. Em termos gerais, pode-se dizer que é uma caça praticada desde 4000 anos a.C. com falcões, açores, francelhos e outras aves de rapina, com capacidade de perseguir e caçar uma presa no ar ou no solo.



Imagem 122 – Falcão



Imagem 123 - Nuno S. Velloso, pioneiro da falcoaria em Portugal

A falcoaria entrou para a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO em 2010, na sequência de uma candidatura liderada pelos Emirados Árabes, que juntou 11 países - Bélgica, República Checa, França, Coreia, Mongólia, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita, Espanha, Síria e Emirados Árabes Unidos. Em 2012, a UNESCO estendeu o reconhecimento de Património da Humanidade à falcoaria praticada na Áustria e na Hungria. Portugal apresentou a sua candidatura em 2015, por meio da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, a Universidade de Évora e a Associação Portuguesa de Falcoaria. A falcoaria portuguesa passou em 1 de dezembro de 2016 a integrar a Lista representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO.

Artesanato de Estremoz

A Produção de Figurado em Barro, vulgarmente conhecida como “Bonecos de Estremoz”, é uma arte com mais de três séculos e que faz parte da identidade cultural do concelho de Estremoz.

As primeiras referências ao figurado de Estremoz são de princípios do séc. XVIII. Em 1770, sabemos da existência das “bonequeiras”, mulheres que faziam curiosidades e figuras de barro e que tinham um trabalho não reconhecido enquanto ofício artesanal.

Os bonecos tiveram certamente início na necessidade espiritual, ou seja, o povo queria ter em casa os santinhos da sua devoção. Comprá-los em talha era impossível, dadas as dificuldades do quotidiano, pelo que, supomos, uma mulher habituada a lidar com o barro se terá atrevido a modelar pela primeira vez um santinho da sua devoção particular e daqui terá nascido a tradição, numa terra onde o barro era abundante.

A Produção de Figurado em Barro de Estremoz integra o [Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial](#), desde 2014, sendo desde 07-12-2017 [Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO](#).

Estão inventariadas mais de cem figuras diferentes e todos os dias se inventam novas temáticas, sempre relacionadas com o quotidiano das gentes alentejanas, na sua vivência rural e urbana. As mãos habilidosas que trabalham o barro dão vida às emblemáticos Figuras de cores garridas e formas únicas, como por exemplo os famosos “Presépios de Altar”, o “Amor é Cego”, a “Primavera”, os “Fidalgos e Fidalguinhos” ou, mais recentemente, o boneco “Rainha Santa Isabel”.



Imagens 124 e 125 – Figurado de barro de Estremoz

ANEXOS

ANEXO I

FONTES CONSULTADAS

Fontes WEB

Pág.	Tipo	Nº	Origem / Descrição
Capa	Imagem	1	Castro Laboreiro - acesso ao Castelo
3	Figura	1	Miguel Torga
12	Figura	2	Noção esquemática de património, DGADR
14	Imagem	2	Alto Douro Vinhateiro
14	Imagem	3	Vinha na Ilha do Pico
16	Figura	3	Ruralidade no Continente (PDR Continente, pág. 88)
17	Imagem	4	Calçada Romana
19	Imagem	5	Percurso pedestre
20	Imagem	6	Visita de alunos sobre património cultural
21	Imagem	7	Assembleia de Freguesia
24	Imagem	8	Figurado de Estremoz
25	Imagem	9	Estatuária religiosa
25	Imagem	10	Lenços dos Namorados, Vila Verde
26	Imagem	11	Traje à vianesa de festa - colete
26	Imagem	12	Rendas de Bilros, Peniche
27	Imagem	13	Viola Beiroa
27	Imagem	14	Caretos de Podence
28	Imagem	15	Filigrana de Portugal
28	Imagem	16	Sela portuguesa
29	Imagem	17	Leques, Museu Nacional do Traje
29	Imagem	18	Canga para bovinos
30	Imagem	19	Carroça algarvia
30	Imagem	20	Arado de tração animal
31	Imagem	21	Grade de bicos
31	Imagem	22	Bailinho da Madeira
32	Imagem	23	O Brinquinho
32	Imagem	24	Broa de Avintes
34	Imagem	25	Moinhos de água, Tourigo
34	Imagem	26	Pombal tradicional, Vimioso

Pág.	Tipo	Nº	Origem / Descrição
35	Imagem	27	Silos agrícolas verticais
35	Imagem	28	Pátio de Casa Agrícola
36	Imagem	29	Aldeia de Castelo Rodrigo
36	Imagem	30	Eira agrícola
37	Imagem	31	Núcleo Museológico do Carvalhal da Atalaia
37	Imagem	32	Espigueiros ou Canastros, Alto Minho
39	Figura	4	Grupos de unidades de paisagem, DGT
40	Imagem	33	Serra do Gerês
41	Imagem	34	Vale Glaciar de Manteigas
41	Imagem	35	Planalto Mirandês
42	Imagem	36	Planície aluvionar
42	Imagem	37	Peneplanície alentejana
43	Imagem	38	Paisagem de Campina Raiana
43	Imagem	39	Paisagem de montado
44	Imagem	40	Paisagem de Ria
44	Imagem	41	Paisagem de Estuário
45	Imagem	42	Paisagem de Vinha em socalcos, Douro
45	Imagem	43	Paisagem de seara de girassol
46	Imagem	44	Paisagem de Olival
46	Imagem	45	Hortofruticultura intensiva
47	Imagem	46	Sistema agroflorestal
47	Imagem	47	Cerealicultura extensiva
48	Imagem	48	Cultura intensiva do milho
48	Imagem	49	Xisto no Alto Douro Vinhateiro
49	Imagem	50	Paisagem calcárea, Serra de Sicó
49	Imagem	51	Barros de Beja
50	Imagem	52	Aproveitamento agrícola de "Lameiros"
51	Imagem	53	Aproveitamento agrícola de "Masseiras"
51	Imagem	54	Aproveitamento agrícola - ecossistema "Bocage"
52	Imagem	55	Aproveitamento agrícola de baldio
52	Imagem	56	Sementeira a lanço
53	Imagem	57	Pastoreio do gado bovino em regime extensivo
53	Imagem	58	Aproveitamento do ecossistema "Montado"
54	Imagem	59	Lavoura com arado e tração animal
54	Imagem	60	Agricultura familiar nos socalcos de Sistelo
55	Imagem	61	Transumância de ovinos na Serra da Estrela
55	Imagem	62	Festa da transumância na Branda da Avelreira
56	Imagem	63	Vezeira de gado na Vila do Gerês
56	Imagem	64	Vinho dos Mortos

Pág.	Tipo	Nº	Origem / Descrição
57	Imagem	65	Arte Xávega, Praia da Tocha, Cantanhede
57	Imagem	66	Vira do Minho
58	Imagem	67	Corridinho algarvio
58	Imagem	68	Posta mirandesa
59	Imagem	69	Cereja do Fundão
59	Imagem	70	Maranhos da Beira Baixa
60	Imagem	71	Cozido de grão alentejano
60	Imagem	72	Carvalho autóctone no PNPG
61	Imagem	73	Banco Português de Germoplasma Animal
61	Imagem	74	Banco Português de Germoplasma Vegetal
64	Figura	5	Quinta "Aidos da Vila"
65	Imagem	75	Festa dos Tabuleiros, Tomar
65	Imagem	76	Bailinho da Madeira
66	Imagem	77	Capeia Raiana, Sabugal
66	Imagem	78	Pastéis de Tentugal
67	Imagem	79	Preparação da desfolhada do milho
67	Imagem	80	Festas do Senhor Santo Cristo, Açores
68	Imagem	81	Pauliteiros de Miranda
68	Imagem	82	Ofício de Oleiro
69	Figura	6	Fichas – Apêndice do Guia de 2009, DGADR
70	Figura	7	Kit de recolha do Património Cultural Imaterial - DGPC
72	Figura	8	Manual de utilização - DGPC
74	Figura	9	Gravura de Vieira Lusitano - Academia Real de História Portuguesa
75	Figura	10	Grupo de Amigos do Manigoto
75	Figura	11	Grupo de Amigos do MNAA
76	Figura	12	ADPM
76	Figura	13	ABAE
77	Imagem	83	Mosteiro de Seiça, Figueira da Foz
79	Imagem	84	Bufo Real
80	Imagem	85	ETAR
80	Imagem	86	Voluntariado jovem limpando as matas, CM Sintra
81	Imagem	87	Projeto SOS Oceanos, CM Lagos
81	Imagem	88	Separação de lixo
82	Imagem	89	Preservação do património edificado
82	Figura	14	Eco-Escolas
83	Imagem	90	Laboratório José Figueiredo, DGPC
83	Imagem	91	Restauro de talha dourada

Pág.	Tipo	Nº	Origem / Descrição
84	Imagem	92	Espigueiros do Soajo
84	Imagem	93	Recuperação inadequada
86	Imagem	94	Portas de São Francisco, Almeida
86	Imagem	95	Posto de Turismo de Almeida
87	Imagem	96	Alojamento turístico em moinhos
88	Imagem	97	Colóquio para difusão de informação
89	Imagem	98	Museu Rural de Boticas
89	Imagem	99	Museu Rural do Marão
91	Imagem	100	Percurso pedestre
92	Imagem	101	Castelo do Sabugal
93	Imagem	102	Ponte Velha de Terena, Alandroal
93	Imagem	103	Linhares da Beira
94	Imagem	104	Açude da Fábrica de Fiação de Tomar
94	Imagem	105	Igreja Matriz do Outeiro, Bragança
95	Imagem	106	Casa dos Condes da Foz de Arouce
97	Figura	15	Requisitos do PCI da Humanidade
98	Figura	16	PCI da Humanidade
99	Figura	17	"O Fado", José Malhoa - 1910, Museu da Cidade de Lisboa
101	Imagem	113	Casa de Fados "A Severa"
101	Figura	18	Livro "A origem do Fado"
103	Imagem	114	Fainas da pesca
103	Imagem	115	Fainas da pesca
104	Imagem	116	Produtos da Dieta Mediterrânica
104	Imagem	117	Dieta Mediterrânica
106	Figura	19	Dieta Mediterrânica
107	Imagem	118	Convivialidade à mesa
107	Figura	20	Princípios da DM, DGS
108	Imagem	119	Grupo Coral de Cante Alentejano
109	Imagem	120	Chocalhos, Alcáçovas
110	Imagem	121	Museu do Chocalho, Alcáçovas
111	Imagem	122	Falcão
112	Imagem	123	Pioneiro da Falcoaria em Portugal
113	Imagem	124	Figurado de Estremoz
113	Imagem	125	Figurado de Estremoz

Outras Fontes

- Torga, Miguel. (2000). Portugal. Alfragide. Publicações Dom Quixote.
- Reis, Maria Manuela Brito. (2016). Cidadania e Património. Dissertação de doutoramento, ISCTE. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12365/1/Lina-30-11-2016%20CIDADANIA%20e%20PATRIM%C3%93NIO%20ULTIMA.pdf>.
- Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. (2004). DGOTDU e Universidade de Évora.
- Jorge, J. Duarte Centeno (2003). A Matéria do Património. in Manuel João Ramos (org.). A Matéria do Património - Memórias e Identidades, Lisboa: Edições Colibri.
- ADTAHP - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (2009) Provere: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos.
- AA.VV. (2014), A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde, Faro: Universidade do Algarve (Ciclo de Seminários sobre Dieta Mediterrânica), 336p. [online] <http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2015/04/Dieta-Mediterr%C3%A2nica-em-Portugal.pdf>
- Brito, Joaquim Pais de (2006), "Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente", in Elsa Peralta e Marta Anico (orgs), Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas, Oeiras: Celta, pp.43-51.
- Cabral, Clara Bertrand (2011), Património Cultural Imaterial – Convenção da Unesco e seus contextos, Lisboa: Edições 70, 323 p.
- DGPC-Direção Geral do Património Cultural, Ministério da Cultura (2013), Paulo F. Costa (coord.), Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspetivas, Colóquio Internacional organizado por DGPC-Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa.
- Queiroz, Jorge (2014), "Dieta Mediterrânica, um modelo cultural. Algarve e Tavira na candidatura a património a Património da Humanidade", in AA.VV., A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde, Faro: Universidade do Algarve (Ciclo de Seminários sobre Dieta Mediterrânica), pp.44-56 [on line] <http://nutrimento.pt/activeapp/wpcontent/uploads/2015/04/DietaMediterr%C3%A2nica-em-Portugal.pdf>

- Viegas, José Manuel Leite (2011), "A participação associativa em Portugal: que contribuição para uma sociedade civil forte?" Boletim do Núcleo Cultural da Horta, 20: 43-58. [on line] <http://www.nch.pt/biblioteca-virtual/bol-nch20/BoletimNCH-20-43.pdf>
- ADTAHP - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (2009) Provere: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos.
- Valagão, M.M. (2013). Identidade e memória mediterrânica da alimentação algarvia. Em: Dieta Mediterrânica. Património cultural milenar, pp. 43-55. Ed. Museu Municipal de Tavira, Tavira.

ANEXO II

GLOSSÁRIO

(Termos existentes no texto)

Agricultura familiar: a Agricultura familiar consiste num modelo agrícola praticado por pequenos proprietários rurais que tem como mão de obra principal e disponível a do agregado familiar, destacando-se a sua polivalência em diversas áreas do desenvolvimento rural.

Entrou em vigor, dia 8 de março, a Portaria n.º 73/2019, de 7 de março que regulamenta o Estatuto de Agricultura Familiar publicado em Diário da República através do Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto.

Alto Douro Vinhateiro: Criado em 1756 por iniciativa do governo do Marquês de Pombal, como a primeira região demarcada e regulada no mundo, o Alto Douro Vinhateiro, é um exemplo excecional de uma região tradicional que vive em torno da produção vinícola, seja do afamado vinho do Porto, seja dos mais recentes vinhos de mesa de grande qualidade. Não só a paisagem é alterada pela produção do vinho, mas também o ritmo da vida dos durienses. Tendo em conta a importância da paisagem e das atividades tradicionais de produção de vinho, em 2001, a UNESCO classificou como Património Mundial 24 600 hectares do Alto Douro Vinhateiro, repartidos por 13 concelhos.

Ampelografia: é a disciplina da botânica e da agronomia que estuda, identifica e classifica as variedades, em geral denominadas castas de videira com base na descrição morfométrica das características dos vários órgãos da planta. As características observadas incluem tradicionalmente a forma e coloração das folhas e dos cachos e bagos de uva e a morfologia das estruturas apicais dos rebentos da videira, mas recentemente estas observações, em geral complexas e sujeitas a subjetividade, estão a ser progressivamente substituídas pela determinação do perfil genético das plantas com base no estudo dos seus DNA e RNA. Para padronizar as observações, a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIVV) estabeleceu os 88 descritores que devem ser obtidos num estudo morfométrico completo e que são requeridos para o registo de uma casta. Com base nesse critério são reconhecidas no Mundo cerca de 5 000 castas diferentes de *Vitis*, das mais de 10 000 que se estima sejam cultivadas.

Arte Xávega: pesca artesanal feita com rede de cerco e o seu equipamento é composto

dum longo cabo com flutuadores, tendo na sua metade de comprimento um saco de rede em forma cónica (xalavar). Antigamente a recolha era feita com a ajuda de juntas de bois e força braçal, atualmente por tração mecânica, dois tratores.

O xalavar é colocado no mar, longe da costa por uma embarcação, que vai desenrolando a metade do cabo, ficando uma das pontas do mesmo amarrada a um dos dois tratores intervenientes. Os pescadores efetuam o cerco aos cardumes de peixe em alto mar e retornam à praia desenrolando a outra metade do cabo para a sua extremidade ser enrolada ao segundo trator.

A xávega termina com a chegada à terra e a abertura do xalavar que contém a pescaria.

Este tipo de pesca era praticado em várias praias ao longo da costa portuguesa, persistindo em algumas, como a Nazaré, Praia da Torreira, Praia da Vagueira, Praia de Mira, Praia da Tocha (Palheiros da Tocha), Praia da Vieira, Praia do Pedrógão, Praia da Saúde e da Fonte da Telha na Costa da Caparica. A recolha do xalavar por tração animal e força braçal, terminou na década de 70. Atualmente em Portugal a xávega é efetuada por meios mecânicos.

Baldio: Em Portugal e na Galiza, um baldio é um terreno possuído e gerido por uma comunidade local. Os baldios em Portugal são geridos pela "Assembleia dos Compartes" (composta pelos moradores de uma ou mais freguesias ou parte delas que, segundo os usos e costumes, tenham direito ao uso e fruição do baldio) e por um "Conselho Diretivo" eleito por esta e na Galiza por uma "Comunidade de Montes".

Os baldios são frequentemente usados para apascentar gado, recolher lenhas, etc., mas os compartes também podem ceder a sua utilização a outras entidades ou a membros da comunidade, por períodos até 20 anos.

Bem cultural: local, zona, edifício, qualquer outra obra construída ou conjunto de edificações que possuam significado cultural, incluindo quer o conteúdo quer o espaço envolvente. O significado cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras (Carta de Burra, Icomos, Austrália, 1981).

Bens imóveis: bens que não podem ser removidos ou transportados de um lugar para outro sem implicar a sua destruição, alteração da sua essência ou fim a que se destina. Constituem bens imóveis as construções da exploração agrícola bem como os ligados ao artesanato, à indústria, ao lazer ou à vida coletiva, podendo testemunhar atividades locais específicas ou, simplesmente, um estilo arquitetónico.

Bens móveis: os bens móveis englobam as espécies artísticas, etnográficas, científicas e

técnicas, arqueológicas, arquivísticas, audiovisuais, bibliográficas, fotográficas e fonográficas.

Biodiversidade: diversidade relativa entre organismos presentes em diferentes ecossistemas (diversidade dentro da espécie e entre espécies e diversidade comparativa entre ecossistemas). Refere-se tanto ao número (riqueza) de diferentes categorias biológicas quanto à abundância relativa (equitabilidade) dessas categorias e inclui variabilidade ao nível local (alfa diversidade), complementaridade biológica entre habitats (beta diversidade) e variabilidade entre paisagens (gama diversidade). Engloba, assim, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos bem como os seus componentes.

Bocage (paisagem): Na região do Baixo Vouga Lagunar, existe uma zona de campos de cota muito baixa, alagados em grande parte do ano devido ao efeito do rio Vouga. Para drenar as águas, estes sistemas agrícolas ribeirinhos têm uma rede de sebes vivas de compartimentação muito visível, formadas por salgueiros, amieiros, carvalhos, sabugueiros, entre outras, e ainda por valas que podem estar secas ou com água. As parcelas, usadas também para o pastoreio do gado, são muito pequenas, muitas vezes menores que 1 hectare. Este é o tipo de paisagem conhecido por "Bocage", um exemplo da coabitação do homem em sintonia com a natureza, que através da utilização e controlo dos habitats dulçaquícolas, criou condições para a prática agrícola, onde se incluem os arrozais e pastagens, em plena harmonia com habitats de transição como sapais, caniçais e juncais.

Branda: aldeamentos tradicionais habitados durante a Primavera e o Verão e parte do Outono. Normalmente, encontram-se em locais de altitude superior a 600 m. A primeira fixação de populações nestes espaços remonta ao século XII (Idade Média). Nas brandas as populações dedicam-se à pastorícia e à agricultura, efetuando as sementeiras, que se desenvolvem até ao Verão.

Cadeia de valor: série de atividades desenvolvidas pela empresa a fim de satisfazer as necessidades dos clientes, desde as relações com os fornecedores, ciclos de produção e venda até à fase de distribuição para o consumidor final.

Canhota: Pau torto, grosso ou nodoso (regionalismo)

Centro de Competências: estrutura que agrega os agentes económicos de uma área estratégica, as entidades do sistema científico nacional e as autarquias, com o objetivo de desenvolvimento dessa área, desde a produção até ao consumidor final.

Cortelho: recinto, geralmente coberto, onde se recolhe o gado. Corte ou curral. No Minho tratava-se de uma construção rudimentar de granito onde se abrigavam os brandeiros e os pastores.

Convenção: acordo escrito concluído entre países ou outras estruturas da sociedade internacional (ex.: organizações internacionais) com vista a produzir efeitos de direito nas suas relações mútuas e que deve ser executado de boa vontade.

Desenvolvimento sustentável: modelo de desenvolvimento económico-social compatível com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e com a proteção do meio ambiente, ou seja, que assegura as necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Dieta alimentar: conceito que traduz os hábitos alimentares individuais, ou seja o conjunto de alimentos ingeridos diariamente, por forma a fornecer ao nosso organismo os elementos químicos necessários para a manutenção, crescimento e regeneração do corpo, bem como para os processos de produção energética, dos quais depende a manutenção do metabolismo.

Exploração agrícola: conjunto de parcelas, contínuas ou não, que constituem uma unidade técnico-económica, caracterizada pela utilização em comum dos meios de produção, submetida a uma gestão única, independentemente do título de posse, do regime jurídico e da área ou localização.

Ex-situ (conservação): conservação fora do lugar de origem, é o processo de proteção de espécies em perigo de extinção, de plantas e animais pela remoção de parte da população do habitat ameaçado e transportando-as para uma nova localização, que pode ser uma área selvagem (santuário) ou um cativeiro (zoológico ou outro local semelhante). Compreende um dos métodos de conservação de espécies mais antigo e bem estudados.

Gestão da paisagem: ação que visa assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais (Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de fevereiro).

Habitat: área terrestre ou aquática natural ou seminatural que se distingue por características geográficas abióticas ou bióticas (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho).

Identidade cultural: princípio de afirmação, criação e livre determinação, através da qual cada povo exprime a continuidade entre o passado, o presente e o futuro, contribuindo ao mesmo tempo para enriquecer e perpetuar o património comum da Humanidade.

Interpretação ambiental: técnica multidisciplinar de tradução da paisagem, do património natural e cultural (Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto).

Inventariação: levantamento dos bens culturais existentes com vista à respetiva identificação.

Inverneira: vale para o gado pastar durante o inverno. No Minho tratava-se de uma abitação sazonal situada em vale profundo e protegido de temporais, usada na estação Invernosa.

Lameiro: terreno fértil e geralmente regado, próprio para prados permanentes, tendo em vista o corte e/ou o pastoreio. Existem lameiros de regadio, de regadio imperfeito (sem água suficiente para rega no Verão) e os de sequeiro ou "secadal".

Lugares notáveis: obras realizadas pelo homem ou fruto da conjugação entre o homem e a natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, Paris, 1972).

Masseira: forma de agricultura única no mundo, existente nas regiões da Póvoa de Varzim e Esposende, que consiste em fazer uma cova larga e retangular nas dunas. Com esta cova de apenas alguns metros de profundidade consegue-se um aumento térmico, que aliado à proteção da sua parte central dos ventos feita pelas vinhas cultivadas nos cantos ("valos"), faz com que as masseiras funcionem como uma espécie de estufa. É necessário o acesso a água doce nessa zona para as culturas variadas que lá se cultivam, sendo a fertilização do solo feita com sargaços. Este tipo de agricultura é da autoria dos monges beneditinos (século XVIII) da Abadia de Tibães. Hoje em dia é um tipo de agricultura em riscos de extinção devido à popularização das estufas na região e uso das areias para a construção civil. A Câmara da Póvoa de Varzim reservou uma parte do seu território para as masseiras, de forma a proteger este tipo de agricultura.

Montado: O Montado constitui a paisagem mais icónica do Ribatejo e Alentejo,

sendo, por um lado, um complexo ecossistema de natureza agro-silvo-pastoril, e por outro, um marco da identidade, das tradições e dos costumes enraizados com grande tradição cultural e etnológica nesses territórios.

Os montados desempenham funções importantes na conservação do solo, na qualidade da água e na produção de oxigénio. São ecossistemas mediterrânicos extremamente singulares, que incluem biodiversidade rica e diversa, considerados importantes para a conservação da natureza, a nível nacional e europeu. Estão inventariadas nos montados mais de 120 espécies de avifauna, algumas ameaçadas como a águia-de-bonelli, a águia-imperial-ibérica ou a cegonha-preta. Também o lince-ibérico ocorre nos montados portugueses, podendo no futuro a recuperação da população deste animal ser facilitada devido à enorme quantidade de habitat.

Núcleo eco-museológico: local ou instalação onde através da interpretação se remete o visitante para a compreensão de determinados fenómenos culturais, sociais e naturais, através do seu contacto e ou da recriação dos mesmos (Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto).

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - divisões regionais existentes em todos os estados-membros da União Europeia, sendo utilizadas pelo Eurostat para a elaboração de todas as estatísticas regionais e pela União Europeia, na definição de políticas regionais e atribuição dos fundos estruturais. O Decreto-Lei n.º 46/89 definiu os três níveis da NUTS da seguinte forma:

NUTS I - constituído por três unidades, correspondentes ao território do Continente e de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

NUTS II - constituído por sete unidades, das quais cinco no continente e os territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

NUTS III - constituído por 25 unidades, das quais 23 no continente e 2 correspondentes às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Ordenamento do território: processo de apoio à tomada de decisão que visa organizar a distribuição dos usos e funções no espaço, como contributo para o desenvolvimento integrado. Tal desenvolvimento deverá resultar da utilização racional e sustentável dos recursos naturais e humanos presentes, bem como da conservação dos valores permanentes do território, permitindo a efetiva qualidade de vida das comunidades ligadas aos diferentes espaços territoriais.

Peneplanície: região quase plana, devido à erosão normal das águas correntes, que

desgastaram as elevações e as foram aplanando, como acontece, por exemplo, no Alentejo, onde as rochas mais duras resistiram à erosão ficando a constituir elevações residuais.

Planície aluvial ou aluvionar: formações geológicas que se caracterizam por serem planas ou muito pouco inclinadas. Formam-se pela deposição ao longo do tempo de sedimentos trazidos por um ou mais rios, criando um solo aluvionar constituído de argila, silte e areia. Os solos aluviais são formados basicamente pela atuação do intemperismo químico na mesma região em que ocorre o desgaste da rocha, conservando por isso as características. Um outro exemplo é a planície do Tejo e Sado.

Património classificado: bem cultural, móvel ou imóvel, classificado nas categorias de interesse nacional, público ou municipal (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

Produto tradicional: produto agrícola ou agroalimentar, produzido a nível local ou regional, que ao longo do tempo ganhou notoriedade pela sua natureza e/ou composição, ou pelo seu modo de produção e/ou transformação.

Refuncionalização: atribuição de uma nova utilização, em substituição da original.

Restauro: intervenção direta a realizar num objeto danificado ou deteriorado, cujo fim é o de proporcionar o seu entendimento e significado cultural ou importância, sem deixar de respeitar, tanto quanto possível a sua integridade física, estética e histórica (European Confederation of Conservator-restore's Organization) .

Saber-fazer: conhecimento empírico, típico de determinado território, preservado como tradição, e materializado na confeção de produtos ou na existência de técnicas, de cariz não científico, inerentes a esse mesmo território.

Sistema Agroflorestal: O Sistema Agroflorestal é reconhecido como uma técnica amiga do ambiente, e preocupada com os aspetos social e económico, em que a plantação / sementeira é feita de forma sincronizada com espécies agrícolas (hortícolas e frutíferas) e espécies florestais.

Transumância: deslocamento sazonal de rebanhos para locais que oferecem melhores condições durante uma parte do ano. O termo associa-se geralmente a deslocamentos de gado ovino, sendo também aplicado aos deslocamentos de colmeias de um local para outro a seguir à época da floração. Por associação, a transumância pode ainda referir-se às

migrações sazonais dos pastores ou de populações inteiras que se dedicam à pastorícia que acompanham os animais transumantes.

Turista: visitante que permanece, pelo menos, uma noite num alojamento coletivo ou particular no lugar visitado (Decisão (CE) n.º 1999/34/CE, de 9 de dezembro).

Vezeira de gado: Trata-se de uma tradição secular do Alto Minho que consiste na deslocação, a partir de abril / maio, do gado, que passou o Inverno nas aldeias, em direção às pastagens das zonas altas. Acompanha-os sempre um pastor, havendo uma especificidade: os pastores vão-se revezando, em espírito comunitário. Por cada duas cabeças de gado, um dia de pastor.

Há sítios específicos e o gado vai passando de monte em monte, de pastagem em pastagem.

Vinho dos mortos: O Vinho dos Mortos é uma velha tradição portuguesa que data do início do século XIX, aquando da Invasão Napoleónica do país. Os produtores enterraram as garrafas de vinho no chão para evitar pilhagem pelos soldados. Terminados os combates, os vinhos foram desenterrados e houve uma agradável surpresa. A bebida estava com sabor ("bouquet") ainda melhor, um vinho com graduação de 10º/11º, palhete, apaladado que tinha, então, uma gaseificação natural em função da temperatura constante e da escuridão. A tradição ganhou o nome "Vinho dos Mortos" em alusão às garrafas terem estado enterradas. Outro nome desse vinho "Morto de Boticas" por ser cultivado principalmente em Vila de Boticas.

Visitante: indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. Existem duas categorias de visitantes: os excursionistas e os turistas (Decisão (CE) n.º 1999/34/CE, de 9 de dezembro).

ANEXO III

LEGISLAÇÃO

- Criação do Fundo de Salvaguarda do Património - [Decreto-Lei 138/2009, de 15 de junho.](#)
- Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial - [Decreto-Lei 149/2015, de 4 de agosto](#)
- Regime da Classificação dos Bens Culturais Móveis - [Decreto-Lei 148/2015, de 4 de agosto](#)
 - [Aviso nº 6/2012, de 26 de março](#) , Decreto-Lei que ratifica a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, aprovada na XXXI Sessão da Conferência Geral da Unesco que teve lugar em Paris em 2 de Novembro de 2001 - [Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006 de 18 de julho](#)
 - Sessão da Conferência Geral da Unesco Património Cultural Subaquático -[Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de junho](#)
 - Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, em vigor desde 11 de novembro de 2014 - [Decreto-lei nº 164/2014, de 4 de novembro](#)
 - Regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) - [Decreto-Lei nº 151-B/2013 de 31 de outubro](#), alterado pelo [Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março](#)
 - [Cartas e Convenções Internacionais relativas ao Património Cultural](#)
 - Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural - [Lei 107/2001, de 8 de setembro](#)
 - Altera o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro - [Decreto-Lei 265/2012, de 28 de dezembro](#)
 - Altera o Decreto -Lei nº 309/2009 - [Decreto-Lei 115/2011, de 5 de dezembro](#)
 - Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda - [Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro.](#)
 - Prazo de revisão dos atos de classificação a que correspondam as categorias de conjunto ou sítio, de conformidade com o n.º 1 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro - [Despacho n.º 14523/2010, de 17 de setembro](#)
 - Estipula o modelo de requerimento inicial para processos de classificação dos imóveis -[Despacho n.º 7931/2010, de 5 de maio.](#)
- Aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional,

de interesse público ou de interesse municipal - [Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho](#).

- Cria do Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC) - Programa Cheque-Obra - [Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009, de 21 de agosto](#)

- Estabelece o Regime da Classificação dos Bens Culturais Móveis - [Decreto-Lei 148/2015, de 4 de agosto](#)

- Ratifica a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, aprovada na XXXI – [Aviso nº 6/2012, de 26 de março](#)

- Decreto-Lei que ratifica a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, aprovada na XXXI Sessão da Conferência Geral da Unesco que teve lugar em Paris em 2 de Novembro de 2001 - [Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006 de 18 de julho](#)

- Sessão da Conferência Geral da Unesco Património Cultural Subaquático -[Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de junho](#)

- Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, em vigor desde 11 de novembro de 2014 -[Decreto-lei nº 164/2014, de 4 de novembro](#)

- Regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) - Decreto-Lei nº 151-B/2013 de 31 de outubro, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março](#)

- Alteração ao Regulamento dos Trabalhos arqueológicos, Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de julho - [Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro](#)

- Reconhecimento da importância histórica e cultural dos itinerários em território nacional do Caminho de Santiago e a necessidade de salvaguarda, valorização e promoção dos mesmos - [Decreto-Lei N°51/2019](#)

ANEXO IV

FERRAMENTAS PARA REGISTO, CARACTERIZAÇÃO E PESQUISA DO PATRIMÓNIO RURAL

1 – Recolha da Informação / Caracterização de património

[Fichas de Identificação e Caracterização do Património Rural – DGADR, 2009](#)



Fichas temáticas de caracterização do património rural, 2009

Trata-se de um conjunto de fichas e respetivas instruções de preenchimento sobre as seguintes temáticas:

Caracterização geral; Património Edificado; Práticas Tradicionais Ligadas à Agricultura, Pecuária, Floresta e Pesca; Produtos e hábitos Alimentares Tradicionais; Artesanato e Pequenas Indústrias Locais Tradicionais; Vida Privada e Coletiva / Cultura Comunitária.

[Kit de Recolha do Património Imaterial - escolas – DGPC, 2011](#)



Este instrumento pedagógico destina-se a ser aplicado à escala local (aldeia, freguesia, bairro, etc.) e a promover o conhecimento e a valorização do respetivo património imaterial, através da interação, promovendo a interação dos jovens com os elementos da comunidade que detêm uma importância decisiva na transmissão desse património.

2 – Pesquisa de Património

Património Arquitetónico e paisagístico

O património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, enquanto relevante componente do património cultural de um país, de uma região ou de uma comunidade, é um poderoso

fator de distinção e de identificação sociais de indivíduos e de populações, bem como um motor de qualificação e de desenvolvimento de lugares e territórios.

O SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico é um sistema de informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesa, gerido pela Direção-Geral do Património Cultural.

Património móvel

O MatrizPIX consiste num sistema de informação concebido para inventário, gestão e disponibilização online dos arquivos fotográficos da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Permite a pesquisa sobre os fundos e espécimes em suporte digital, a apresentação de exposições virtuais de fotografia, bem como a seleção e pedido de imagens em alta resolução a fornecer pelo Arquivo de Documentação Fotográfica da DGPC. Entre as suas múltiplas funcionalidades, a base de dados do MatrizPIX possibilita o registo pormenorizado do estado de conservação e das intervenções de conservação realizadas, a utilização de imagens para fins de reprodução, investigação, exposição ou publicação (em suportes impressos ou em ambiente digital).

Património Imaterial

O MatrizPCI é, simultaneamente, uma fonte de recursos em língua portuguesa para difusão de boas práticas e valorização do Património Cultural Imaterial e o sistema de informação de suporte ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Deve ser utilizado para dar início ao procedimento de inscrição de manifestações imateriais no Inventário Nacional, como medida fundamental para a sua salvaguarda e valorização à escala nacional, assim como para proceder à atualização e à revisão de manifestações já inventariadas.

O MatrizPCI promove o envolvimento das comunidades, dos grupos e dos indivíduos na salvaguarda do seu próprio património imaterial, através da participação direta nas diversas fases de consulta pública relativas aos procedimentos de inventariação de Património Cultural Imaterial (PCI).

ANEXO V

TERRITÓRIOS RURAIS

LEI Nº 75-2013 – anexo II – Listagem Comunidades Intermunicipais (NUTS III)

Freguesias rurais para efeitos do PDR 2020



PDR
2020 PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014 · 2020

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais